

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

VOLUME 2

REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

NÚMERO 4

*Crescimento da
OTAN:
O Ponto de Vista
Americano*

Outubro de 1997

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

Crescimento da OTAN: O Ponto de Vista Americano

AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

REVISTA ELETRÔNICA DA USIA

VOLUME 2 • NÚMERO 4 • OUTUBRO DE 1997

"Uma OTAN maior, mais forte, que inclua as novas democracias da Europa, será ainda mais capaz de garantir a segurança da Europa e de tornar a América mais segura," disse o presidente Clinton.

"Ela ajudará a conter ameaças futuras, a expandir nossa capacidade de defesa para tratar de desafios tradicionais e não tradicionais à segurança, e protegerá os benefícios históricos da democracia na Europa. Ela é uma parte essencial da nossa estratégia para construir uma Europa unida, democrática, e pacífica, pela primeira vez na história."

O presidente apresenta esses compromissos em resposta a perguntas que lhe foram feitas por 20 senadores dos Estados Unidos. Essa conversa dá origem a uma série de artigos neste número da "Agenda de Política Exterior dos Estados Unidos" que examina a política dos Estados Unidos no que se refere ao crescimento da OTAN no momento em que o debate sobre esta importante questão entra em uma fase crucial — o processo de ratificação para a admissão da Polônia, Hungria, e a República Tcheca como membros.

Quais são as questões importantes para o governo Clinton, o Congresso e o público americano no momento em que o debate sobre o crescimento da OTAN começa no Capitólio? Que critérios estão sendo usados na formação da política dos Estados Unidos em nos pontos de vista do Congresso? Como a OTAN evoluiu na era pós-Guerra Fria e como ela se tornou muito mais do que uma entidade que garante a segurança militar?

Esta revista examina essas e outras questões. Além da perspectiva que o presidente apresenta, o principal porta-voz do governo sobre o crescimento da OTAN apresenta uma visão geral da política dos Estados Unidos, um militar da reserva dos Estados Unidos, de alta patente, fala sobre o crescimento da OTAN sob o ponto de vista militar e de segurança, e o enviado dos Estados Unidos à OTAN avalia o atual papel da organização nas questões mundiais. Também incluímos aqui comentários de senadores norte-americanos intimamente envolvidos no debate sobre o crescimento da OTAN, no Congresso, um artigo explicando o papel do Congresso no processo de ratificação, um estudo das pesquisas de opinião pública nos Estados Unidos sobre o crescimento da OTAN, e comentários de um analista do setor privado a respeito do impacto da OTAN nas instituições democráticas e econômicas.

Para ter acesso contínuo a documentos atualizados sobre a política externa dos Estados Unidos, no que se refere às questões associadas à OTAN e ao crescimento da OTAN, favor consultar a home page do U.S. Information Service (Serviço de Informações dos Estados Unidos) (USIS) intitulada "Os Estados Unidos e a Nova Comunidade do Atlântico (The United States and the New Atlantic Community). Ela pode ser localizada na World Wide Web, no endereço abaixo:

"<http://www.usia.gov/topical/poll/atlcomm/atlantic.htm>".

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

*Revista Eletrônica da
Agência de Informações dos Estados Unidos*

CRESCIMENTO DA OTAN: O PONTO DE VISTA AMERICANO

ÍNDICE

● ÊNFASE

PROMOVENDO A SEGURANÇA TRANSATLÂNTICA POR MEIO DO CRESCIMENTO DA OTAN	5
<i>O presidente Clinton responde a perguntas feitas por senadores americanos</i>	
TRAÇANDO O RUMO PARA O FUTURO DA POLÍTICA EUROPÉIA DE SEGURANÇA	12
<i>Uma entrevista com Jeremy Rosner Assessor especial do Presidente e da Secretária de Estado para assuntos referentes à ratificação do crescimento da OTAN</i>	
AMPLIAÇÃO DA OTAN: UM ATO INCONSEQÜENTE OU UMA NECESSIDADE?	17
<i>Embaixador Robert Hunter Representante permanente dos Estados Unidos no Conselho do Atlântico Norte</i>	
TRAZENDO NOVOS RECURSOS E MAIZ VIGOR À ALIANÇA DA OTAN	21
<i>Uma entrevista com o General da Reserva do Exército dos Estados Unidos George Joulwan Ex-comandante supremo das Forças Aliadas na Europa (OTAN)</i>	

● PERSPECTIVAS DO CONGRESSO

O CONGRESSO E O CRESCIMENTO DA OTAN	25
<i>Stanley R. Sloan Especialista sênior em política de segurança internacional Serviço de Pesquisa do Congresso</i>	
COMO OS SENADORES DOS ESTADOS UNIDOS VÊM O AMPLIAÇÃO DA OTAN	30
<i>Trechos de observações feitas durante audiências no Senado</i>	

● COMENTÁRIOS

O IMPACTO DA OTAN SOBRE AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS E ECONÔMICAS	37
<i>Joshua Muravchik Pesquisador residente no American Enterprise Institute (Instituto Empresarial Americano)</i>	

● DADOS SOBRE A QUESTÃO

O QUE AS PESQUISAS DE OPINIAO REVELAM: ATITUDES DO PÚBLICO NORTE-AMERICANO EM RELAÇÃO À AMPLIAÇÃO DA OTAN

40

*Especialista sênior em pesquisa, Escritório de Pesquisa e Reação da Mídia
(Office of Research and Media Reaction) Agência de Informações dos Estados Unidos*

● SUGESTÕES PARA LEITURA ADICIONAL

CRESCIMENTO DA OTAN: O PONTO DE VISTA AMERICANO — AVISTO SOBRE ARTIGOS

43

Resumos de artigos atuais

CRESCIMENTO DA OTAN: O PONTO DE VISTA AMERICANO — BIBLIOGRAFIA

45

Realçando outras opiniões sobre o assunto

CRESCIMENTO DA OTAN: O PONTO DE VISTA AMERICANO — PRINCIPAIS SITES SOBRE O ASSUNTO NA INTERNET

47

Links na Internet para obter acesso a recursos sobre o crescimento da OTAN

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA — AGENDA

A G E N D A

UMA REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE INFORMAÇÕES DOS E.U.A.

VOLUME 2 • NÚMERO 4 • OUTUBRO DE 1997

As revistas eletrônicas da USIA, publicadas e transmitidas para o mundo inteiro a cada três semanas, examinam as principais questões que envolvem os Estados Unidos e a comunidade internacional, e apresentam informações, para o público estrangeiro, a respeito dos Estados Unidos. As revistas — PERSPECTIVAS ECONÔMICAS, QUESTÕES GLOBAIS, QUESTÕES DE DEMOCRACIA, POLÍTICA EXTERNA DOS EUA - AGENDA, e SOCIEDADE E VALORES DOS EUA — apresentam análises, comentários, e informações de caráter geral sobre suas áreas temáticas. Todas as revistas são traduzidas para o francês e o espanhol, e alguns números selecionados são também traduzidos para o árabe, o chinês, o português, e o russo. As opiniões expressas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões ou as políticas do governo dos Estados Unidos. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos a não ser que haja restrições de copyright citadas nos artigos. Edições atuais ou anteriores das revistas podem ser encontradas na Home Page do U.S. Information Service (USIS) (Serviço de Informações dos Estados Unidos), no seguinte endereço: "<http://www.usia.gov/journals/journals.htm>". As publicações se encontram disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, a transferência, o downloading e a impressão. Comentários serão bem-vindos no seu escritório local do USO ou nos escritórios editoriais do USIS:

*Editor, U.S. Foreign Policy Agenda
Political Security - I/TPS
U.S. Information Agency
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547*

E-mail: eforpol@usia.gov

*Por favor observe que esta edição da POLÍTICA EXTERNA DOS EUA - AGENDA pode ser localizada na Home Page do USIS, na World Wide Web, no seguinte endereço:
"<http://www.usia.gov/journals/itps/1097/ijpe/ijpe1097.htm>".*

EDITORA RESPONSÁVEL Judith S. Siegel
EDITORA Patricia H. Kushlis
EDITOR EXECUTIVO Dian McDonald
EDITORES ASSOCIADOS Wayne Hall
. Guy Olson
COLABORADORES Ralph Dannheisser
. Martha Deutscher
. Susan Ellis
. Sophie Folly
. Bryan A. Gleckler
. Jim Kelman
. Margaret A. McKay
. Jacqui S. Porth
ESPECIALISTAS EM REFERÊNCIAS
. Samuel M. Anderson
. Vivian Stahl
DIRETORA DE ARTE Barbara Long
ASSISTENTE PARA PROJETOS GRÁFICOS
. Sylvia Scott
ASSISTENTE EDITORIAL Yvonne Shanks
CONSELHO EDITORIAL Howard Cincotta
. John Davis Hamill
. Judith S. Siegel

PROMOVENDO A SEGURANÇA TRANSATLÂNTICA POR MEIO DO CRESCIMENTO DA OTAN

Respostas do presidente Clinton a perguntas feitas por senadores dos Estados Unidos

O presidente Clinton diz que apoia a admissão, pela OTAN, da Polônia, Hungria, e da República Tcheca “pois está convencido de que esses países estão comprometidos com os princípios da OTAN, farão grandes contribuições para a aliança, e reforçarão a capacidade coletiva de defesa da OTAN”. O comentário do presidente faz parte de uma carta, de 11 de setembro, enviada a 20 senadores americanos, que continha as suas respostas escritas a uma série de perguntas que os senadores haviam feito a ele a respeito da expansão da OTAN. Ao apresentar as perguntas, os senadores disseram que não era sua intenção “expressar apoio nem oposição” à expansão da OTAN, que eles descreveram como “a mais bem sucedida aliança na história dos Estados Unidos, se não do mundo.” Na verdade, eles disseram, há uma necessidade de “mais debate e atenção” sobre essa questão, para que o povo americano possa, por seus próprios meios, julgar se tal atitude atende aos seus interesses. Entre os signatários da carta estavam os senadores republicanos Jesse Helms, John Warner, Kay Bailey Hutchison, e Lauch Faircloth, e os senadores democratas Dale Bumpers, Tom Harkin, e Paul Wellstone. A seguir apresentamos trechos das perguntas dos senadores e das respostas do presidente às mesmas

PERGUNTA: Qual é a ameaça militar que a expansão da OTAN tem como objetivo conter? De que forma essa expansão vai trazer mais segurança para a Europa e para o povo americano?

CLINTON: A segurança da Europa é um interesse vital para os Estados Unidos, como vimos durante duas guerras mundiais e a Guerra Fria. Nesses últimos cinquenta anos, a OTAN tem sido o nosso principal escudo para proteger esse interesse. Com o término da Guerra Fria, a OTAN continua sendo o alicerce da segurança transatlântica. Uma OTAN maior e mais forte que inclua as novas democracias da Europa poderá defender ainda melhor a segurança da Europa e tornar a América mais segura. Ela ajudará a conter ameaças futuras, a expandir nossa capacidade coletiva de defesa para lidar com desafios tradicionais e não tradicionais, e a garantir as vantagens históricas da democracia na Europa. Uma parte essencial da nossa estratégia é a construção de uma Europa unida, democrática e pacífica, pela primeira vez na história.

A própria existência da OTAN é um motivo importante pelo qual os seus atuais membros e

novos membros em potencial não sofrem nenhuma ameaça de ataque imediato. Se novos integrantes reforçarem suas fileiras, a mais eficaz força de dissuasão do mundo será ainda mais capaz de evitar que os conflitos comecem.

A expansão ajudará a OTAN a enfrentar os desafios à segurança que surgirem. Ela fará com que a OTAN seja mais eficaz no cumprimento de sua missão principal: conter agressões contra seus países-membros. Além disso, os estados não-confiáveis, o apelo venal do nacionalismo extremo, e os ódios étnicos, raciais e religiosos continuam a ameaçar a segurança transatlântica; é o que sabemos, por exemplo, no caso da Bósnia. Uma comunidade maior, cada vez mais coesa, de estados transatlânticos, capaz de combinar seus recursos de segurança, será mais capaz de lidar com quaisquer contingências que surgirem.

A expansão ajudará a garantir a proteção contra ameaças não-tradicionais à segurança, vindas de fora da Europa, que ameaçam os membros da OTAN, como por exemplo a disseminação das armas de destruição em massa e dos sistemas de

lançamento de armas de grande alcance. Nenhum de nós, sozinho, pode lidar de maneira eficaz com essas ameaças. A expansão ajudará a ampliar e a intensificar a coordenação multinacional por meio da OTAN — um dos nossos instrumentos mais eficazes para lutar contra esses problemas.

A aliança deve estar preparada para outras contingências, incluindo a possibilidade de a Rússia abandonar a democracia e voltar a apresentar o comportamento ameaçador do período soviético, embora não consideremos essa mudança provável. Em nossa política de aproximação com Rússia, desejamos proporcionar fortes incentivos para reforçar o seu comprometimento com a democracia e as relações pacíficas com os seus vizinhos. Esses esforços, combinados com o processo de ampliação da OTAN e o Documento Constitutivo OTAN-Rússia (NATO-Russia Founding Act), aumentam a possibilidade de a Rússia continuar no caminho do desenvolvimento democrático e pacífico.

Finalmente, a ampliação ajudará a garantir os benefícios históricos da democracia e apagar a linha divisória artificial criada por Stalin. Durante 50 anos, a OTAN tem ajudado a evitar a volta de rivalidades locais, a fortalecer a democracia, e a criar um ambiente estável para a prosperidade. Em todas as ocasiões anteriores em que houve expansão — Grécia e Turquia em 1952, Alemanha Ocidental em 1955, e Espanha em 1982 — a democracia e a estabilidade dentro dos novos países membros ficaram fortalecidas, e a aliança foi beneficiada com o ingresso de países comprometidos com a defesa da comunidade transatlântica. Agora, a ampliação pode fazer pelo leste europeu a mesma coisa que fez pelo oeste. A simples perspectiva de ingresso na aliança já ajudou a consolidar a democracia na Europa Central, a fortalecer as reformas de livre mercado, e a encorajar os países candidatos a uma vaga na OTAN a acertar suas diferenças com os seus vizinhos.

P: De que maneira a expansão da OTAN poderá fortalecer a estabilidade na Europa se as nações que enfrentam as maiores ameaças em potencial à sua

própria segurança — incluindo os países do Báltico e várias outras nações — não serão incluídos na primeira etapa da expansão da OTAN?

CLINTON: A expansão da OTAN reforçará a estabilidade na Europa inteira e melhorará a segurança de todas as democracias europeias, não apenas aquelas que serão admitidas primeiro. Isso é verdade por vários motivos.

— Primeiro, o crescimento da OTAN não é uma coisa que acontece de uma vez, mas é um processo que continuará após a primeira rodada. O comunicado de Madri anuncia especificamente que a OTAN “manterá uma porta aberta para a admissão de membros adicionais à aliança no futuro.” Os estados que forem candidatos confiáveis à futura admissão à aliança se beneficiarão do conhecimento do fato de que a aliança está atenta à sua segurança.

— Segundo, a OTAN está tomando uma série de atitudes no sentido de melhorar a segurança dos estados que não serão admitidos inicialmente, desde melhorias no programa Parceria para a Paz (Partnership for Peace) até a criação de um conselho de parceria Europa-Atlântico (Euro-Atlantic Partnership Council) e o término da preparação de um Documento Constitutivo OTAN-Ucrânia (NATO-Ukraine Charter).

— Finalmente, como já fez no passado, a OTAN continuará a promover a estabilidade e a cooperação além das fronteiras dos seus países-membros. A possibilidade de ampliação já estimulou progressos significativos na resolução de disputas e tensões na Europa Central e Oriental, e já encorajou muitas novas democracias a contribuir materialmente para promover a segurança a longo prazo, como se pode ver pela sua participação na força de Estabilização na Bósnia, liderada pela OTAN.

A ampliação tinha que começar com os candidatos mais fortes; caso contrário ela não começaria nunca. Os estados do Báltico compreendem que a ampliação da OTAN, como um processo que

amplia a estabilidade em direção às suas próprias fronteiras, aumenta a sua segurança, embora eles não tenham sido convidados para se tornarem membros da aliança. Eles já expressaram o seu apoio à nossa política e já endossaram publicamente as decisões tomadas na Cúpula de Madri. Os líderes da Ucrânia assumiram uma posição similar, vendo a presença de membros da OTAN em potencial nas suas fronteiras ocidentais como uma contribuição, a longo prazo, para a segurança do seu país.

P: No "Relatório Para o Congresso Sobre a Ampliação da OTAN" emitido pelo governo em fevereiro de 1997, o senhor assumiu que os Estados Unidos pagariam somente 15 por cento dos custos diretos de ampliação, que os novos membros pagariam 35 por cento da conta, e que os membros atuais (sem contar os Estados Unidos) pagariam 15 por cento. Os novos membros ou os membros atuais pagarão esses valores? O senhor fará com que o acordo de participação dos custos seja parte das negociações para a ampliação? Caso negativo, de que forma o seu governo e os governos subsequentes lidarão com eventuais déficits?

CLINTON: TAs estimativas de custo no relatório de fevereiro de 1997 do governo para o Congresso contam, em parte, com os acordos padrão de participação nos custos da OTAN. De acordo com esses procedimentos, cada país paga o custo da manutenção das suas próprias forças armadas. O relatório de fevereiro se baseia na premissa de que os países pagariam pelos seus próprios custos diretos associados à ampliação, com exceção dos programas que se enquadrassem na categoria de custeio em comum. Como resultado disso, o Departamento de Defesa estimou que aproximadamente 40 por cento das melhorias diretamente associadas à ampliação poderiam ser custeadas em nível nacional e 60 por cento poderiam ser custeadas em comum. De um custo total estimado em US\$9-12 bilhões, isso quer dizer que os novos membros pagariam aproximadamente 35 por cento (US\$3.0-4.5 bilhões, no total, até o ano 2009, ou aproximadamente US\$230 a US\$350 milhões por ano) das melhorias diretamente relacionadas à

ampliação; os membros atuais (sem contar os Estados Unidos) pagariam aproximadamente 50 por cento (US\$4.5-5.5 bilhões de dólares no decorrer do período, ou aproximadamente US\$350 a US\$425 milhões por ano); e os Estados Unidos pagariam a sua parcela de 24 por cento das melhorias custeadas em comum (aproximadamente 15 por cento da conta total direta da ampliação, ou aproximadamente US\$1.5-2.0 bilhões entre 2000 e 2009), o que nos dá uma média de US\$150 a US\$200 milhões por ano.

Além dos custos diretos da ampliação, cada aliado precisará continuar a melhorar sua capacidade de projeção de força, em conformidade com o seu comprometimento sob o novo Conceito Estratégico da aliança, adotado em 1991. A capacidade de projeção de força assumirá uma importância maior com o crescimento da OTAN, tendo em vista a conclusão dos aliados de que a defesa do território dos novos membros será baseada, principalmente, em reforços em épocas de perigo ao invés de baseamento permanente de uma quantidade significativa tropas de combate. Como os Estados Unidos já possuem uma capacidade substancial de projeção de força, os Estados Unidos não arcarão com uma parte significativa dessa categoria de custo. Continuaremos, por meio do processo coletivo de planejamento de força da OTAN, a estimular nossos aliados europeus para que continuem a desenvolver sua capacidade de projeção de força.

As estimativas anteriores dos custos de ampliação, incluindo aquelas preparadas pelo governo, representavam apenas noções. Agora que a OTAN se decidiu sobre os países a serem convidados para iniciar as conversações referentes ao ingresso na organização, será possível avaliar mais precisamente suas necessidades e recursos de segurança, e definir as implicações para os orçamentos da OTAN. Este processo começará imediatamente e será intimamente ligado ao processo de admissão. Embora todos os três estados convidados tenham demonstrado sua disposição no sentido de contribuir com os custos da admissão, tanto aqueles a serem bancados pela OTAN quanto aqueles em nível nacional, as conversações sobre a

admissão ajudarão a esclarecer essas obrigações e compromentimentos.

A ampliação não será gratuita. No entanto, o seu custo está ao alcance tanto dos membros atuais quanto dos membros em potencial. Levando em consideração os enormes benefícios que a ampliação trará tanto para a Europa quanto para os Estados Unidos, trata-se de um investimento extraordinariamente compensador.

P: Muitos de nós acham que a principal ameaça para as 12 nações que desejam se unir à OTAN é menos uma ameaça militar do que uma luta pela estabilidade econômica. Há uma intensa concorrência entre esses 12 estados. Se concedermos o status de membros da OTAN a apenas algumas nações agora, essas nações terão uma vantagem clara sobre os estados vizinhos na concorrência para atrair novos negócios e investimentos estrangeiros. Este tipo de concorrência econômica e desequilíbrio pode trazer tensão e instabilidade à Europa Central. A OTAN será obrigada a intervir e resolver os próprios conflitos que podem ser causados pelo processo de seleção da OTAN? Pertencer à União Européia seria uma opção melhor para se conseguir a estabilidade econômica que os candidatos à OTAN estão procurando?

CLINTON: Os desafios econômicos continuam a ser críticos para os estados da Europa Central e Oriental. A maior parte desses estados precisa adiantar e aprofundar aspectos de reforma — da privatização à regulamentação aperfeiçoada, passando pelos esforços para combater a corrupção. Esta é uma das razões pelas quais apoiamos a expansão da União Européia, de modo a incluir os estados da Europa Central e Oriental.

Embora o papel da União Européia seja crítico, não há razão para insistir em uma opção entre a expansão da UE e a expansão da OTAN. Ambas são importantes. Ambas fazem contribuições independentes à prosperidade e à segurança da Europa. No entanto, a expansão da UE, por si só, não é suficiente para garantir os interesses de segurança da nossa nação na Europa pós-Guerra

Fria. Ao contrário da OTAN, a UE não tem capacidade militar. A capacidade militar continua sendo o pilar de sustentação da força da OTAN, e continua sendo necessária para preservar a segurança da Europa.

À medida que os mercados livres criam raízes na Europa Central e Oriental, certamente é razoável esperar que a concorrência econômica entre os estados da região se intensificará, assim como ocorre na Europa Ocidental e em outras partes do mundo. No entanto, não há evidência histórica que indique que a participação na OTAN será uma distinção significativa na competição econômica na Europa Central e Oriental. A participação na OTAN, nesses últimos cinquenta anos, nunca foi usada para atrair investimentos estrangeiros, digamos, da Suécia para a Noruega.

As coisas que mais importam para as empresas e investidores são os princípios econômicos fundamentais. Os estados da Europa Central e Oriental atrairão negócios por meio da privatização, do bom gerenciamento de seus orçamentos e base monetária, e dos seus esforços para criar uma força de trabalho talentosa e reduzir o desemprego. Para os estados da Europa Oriental que atualmente são menos desenvolvidos sob o ponto de vista econômico, a resposta certa é que eles devem aprofundar tais reformas, e a perspectiva de fazer parte da OTAN lhes dá algum incentivo adicional para fazê-lo. Além disso, a ampliação da OTAN, além de estreita colaboração sob o ponto de vista de segurança por meio da Parceria para a Paz e do Conselho de Parceria Europa/Atlântico, ajudará a estabilidade a se enraizar em toda a Europa Central e Oriental — tanto nos países-membros quanto nos não-membros — fazendo com que todos esses países se tornem mais atraentes para os investidores. Por outro lado, se a OTAN deixar de crescer, isso poderá comprometer o clima para os negócios em toda a região. Embora seja pouco provável que as empresas queiram investir em um país só porque ele é membro da OTAN, elas podem muito bem diminuir o volume dos seus investimentos em uma região como a Europa Central e Oriental se o futuro da segurança na área estiver sendo questionado.

P: A Hungria, a Polônia e a República Tcheca possuem o poderio militar para fazer uma contribuição positiva para a segurança da OTAN, ou eles apenas se beneficiarão da segurança por tempo indeterminado?

CLINTON: A Polônia, a Hungria, e a República Tcheca tomaram medidas significativas para reformar suas forças armadas, atualizar seu poderio militar, e contribuir para a segurança da OTAN além de suas fronteiras. O Departamento de Defesa estima que esses países podem chegar a uma "capacidade madura" dentro de um prazo de aproximadamente dez anos após o seu ingresso na aliança. Espera-se que os novos membros contribuam com todas as funções e missões de segurança da OTAN.

Atualmente os três estados já trazem recursos significativos para o trabalho de segurança da OTAN. Juntos, eles trazem mais de 300.000 homens em armas para a aliança. Todos os três estabeleceram, com firmeza, o controle civil sobre as suas forças armadas. Seus esforços iniciais para a reforma dos seus sistemas de defesa tiveram ênfase em melhorias de baixo custo e alto retorno, para a inter-operabilidade, para permitir contribuições eficazes para a segurança, a curto prazo. Com o decorrer do tempo, eles aumentarão sua capacidade de operar com as forças da OTAN nos seus próprios territórios, assim como em outros locais.

Além disso, a Polônia, a Hungria e a República Tcheca já demonstraram sua disponibilidade para contribuir com a segurança além das suas fronteiras. Tanto a Polônia quanto a República Tcheca enviaram tropas para a coalizão, durante a Guerra do Golfo. A Polônia tem sido um estado-líder na sua região, ajudando a Lituânia e a Ucrânia a desenvolver suas forças armadas e criando unidades conjuntas com esses dois países. Atualmente a Polônia, a Hungria e a República Tcheca estão participando, com mais de 1.500 soldados, da missão da Força de Estabilização, (SFOR), liderada pela OTAN, na Bósnia-Herzegovina, e a Hungria cede a base da qual as forças dos Estados Unidos partem rumo à Bósnia.

Por meio de esforços individuais e participação em muitos exercícios da Parceria para a Paz, os três estados já começaram a melhorar sua capacidade para trabalhar com as forças da OTAN.

Cada um dos países precisará implementar um programa ativo e contínuo de reformas e modernização para poder atingir um nível mais alto de inter-operabilidade dentro da OTAN, e poderio militar mais amplo na próxima década. Os líderes dos três países já manifestaram seu interesse nessas ações e demonstraram que seus países se tornarão produtores de segurança de fato, com o decorrer do tempo, na condição de membros da OTAN na sua plenitude.

P: Quando se examina as ameaças aos interesses da segurança nacional dos Estados Unidos, a que mais chama a atenção é o grande arsenal nuclear da Rússia. Já houve muito progresso no sentido de diminuir as tensões nucleares, por meio de reduções dramáticas de armamento, na última década. E, pelo menos na atual conjuntura, a atual liderança da Rússia está aceitando a probabilidade da expansão da OTAN. Mas o que se pode esperar dos líderes da Rússia de amanhã? Crescendo rumo ao leste, será que nós não estamos criando um incentivo para Moscou retirar seu apoio à continuidade das reduções de armas estratégicas e talvez até mesmo desenvolver uma política inicial de ataque nuclear antecipado?

CLINTON: O objetivo da nossa política de segurança transatlântica é uma Europa unida, democrática, e pacífica. A ampliação da OTAN é uma parte importante dessa estratégia. Igualmente importante é o nosso esforço para apoiar o desenvolvimento de uma Rússia que seja democrática, próspera, em paz com os seus vizinhos, e que coopere conosco e com outros estados em uma variedade de desafios à segurança, incluindo reduções mútuas nos nossos arsenais nucleares. Importante também é nosso esforço, que deu resultado em maio, na assinatura do Documento Constitutivo OTAN-Rússia (NATO-Russia Founding Act), para institucionalizar uma relação ampla e cooperativa entre a aliança e a Rússia.

O presidente Yeltsin e outros líderes russos se opõem ao crescimento da OTAN; isso reflete, em parte, uma impressão errônea que prevalece entre muitos líderes políticos russos, de que a aliança representa uma ameaça à segurança da Rússia. Essa é uma questão sobre a qual resolvemos discordar, enquanto trabalhamos juntos para administrar essa discordância. Mas, a julgar pela evidência, é pouco provável que a expansão da OTAN comprometa as reformas da Rússia ou fortaleça a ala linha-dura dos políticos russos. Aqueles que sugerem que esse é o caso consideram a democracia russa muito mais frágil do que ela tem demonstrado ser nos últimos anos. O crescimento da OTAN não é uma preocupação significativa para a maior parte do público russo, que compreensivelmente está mais preocupado com salários, pensões, corrupção, e outros problemas internos.

No decorrer deste último ano, tendo o crescimento da OTAN como pano de fundo, as reformas e a cooperação para a segurança na Rússia têm progredido. O presidente Yeltsin foi reeleito. Ele trouxe, para o governo, uma nova equipe que está comprometida com a modernização econômica e com a integração às estruturas ocidentais e globais. Ele trouxe um novo ministro da defesa que apoia o tratado de redução de armas nucleares START II. Na Cúpula de Helsinki, em março, o presidente Yeltsin concordou em pressionar o parlamento russo para a ratificação do START II; ele concordou, também em advogar a implementação de um tratado START III com maiores reduções, assim que o START II entrar em vigor. E, naturalmente, a Rússia se uniu à OTAN em maio para concluir o Documento Constitutivo. De fato, à medida que o crescimento da OTAN tem se tornado uma realidade, a Rússia tem se aproximado do Ocidente.

Esses recentes fatos positivos nos levam a questionar a teoria de que o crescimento da OTAN prejudica as reformas russas e a cooperação daquele país em assuntos de segurança. De qualquer maneira, seria contraproducente fazer com que nossas políticas da OTAN ficassem à mercê da intransigência do parlamento russo no que se refere ao START II. Fazer isso seria o mesmo que enviar

uma mensagem para o parlamento russo de que vamos congelar a expansão da OTAN enquanto eles congelarem o START II. Nesse caso, nenhuma dessas coisas teria grandes probabilidades de acontecer.

P: O que perdemos em termos de liberdade de ação da OTAN para posicionar forças na área expandida da aliança para conseguir que a Rússia aprovasse o plano de expansão?

CLINTON: O Documento Constitutivo OTAN-Rússia não foi um esforço para comprar a aprovação da expansão pela Rússia. Ao invés disso, ele foi estimulado pelo nosso próprio julgamento, — assim como o da aliança — de que um relacionamento forte entre a OTAN e a Rússia poderia fazer uma importante contribuição para a formação de uma Europa pacífica e unida.

O Documento Constitutivo institucionaliza esta relação e proporciona a base para maior cooperação. Ao mesmo tempo os valores previamente constituídos da OTAN continuam preservados. O Conselho do Atlântico Norte continua a ser a entidade suprema da aliança no que se refere à tomada de decisões. O Documento Constitutivo, ao estabelecer um Conselho Conjunto Permanente entre a OTAN e a Rússia, permite que haja consultas, coordenação, e na medida do possível, quando for o caso, tomada de decisões e ações conjuntas. No entanto, o Documento Constitutivo é igualmente claro ao afirmar que a OTAN mantém a sua independência sobre a tomada de decisões em todas as horas. O Conselho Conjunto permanente oferece à Rússia um espaço para discussão no qual ela pode expressar sua opinião, e quando possível facilitar a cooperação entre a OTAN e a Rússia. Mas no momento não há e não haverá, no futuro, um veto da Rússia sobre as decisões da OTAN; e não haverá restrições à liberdade de ação da OTAN.

Se a Rússia adotar uma abordagem construtiva na sua relação com a OTAN, há um enorme potencial para cooperação em um grande número de questões, desde a não-proliferação até a assistência humanitária. Se a Rússia decidir não se beneficiar

das oportunidades oferecidas pelo Documento Constitutivo, nenhum impedimento terá sido criado. A OTAN manterá a sua força, a sua autonomia, e a sua capacidade de agir.

Não há nada no Documento Constitutivo que restrinja a capacidade da OTAN de estacionar tropas, posicionar armas, ou executar qualquer uma de suas missões. A seção final do documento contém reiterações de políticas unilaterais da OTAN, que existiam antes do Documento Constitutivo, sobre a maneira pela qual a aliança pretende agir no ambiente de segurança atual e previsível. No seu estudo de ampliação de 1995, a OTAN concluiu que a ampliação não requeria uma mudança na posição nuclear da aliança; tendo isso como base, a OTAN declarou em dezembro de 1996, que os membros da OTAN "não têm a intenção, planos ou motivos para posicionar armas nucleares no território de novos membros, e não têm nenhuma necessidade de mudar qualquer aspecto da postura nuclear ou da política nuclear da OTAN." O Documento Constitutivo também reitera a declaração unilateral da OTAN, de março de 1997, de que ela "cumprirá suas missões de defesa coletiva, e outras, garantido a interoperabilidade, integração, e capacidade de impor

suas posições, ao invés do posicionamento adicional de forças de combate significativas." Além disso, nenhuma das declarações unilaterais da OTAN no que diz respeito à política militar citadas no Documento Constitutivo restringe a capacidade da aliança de conduzir exercícios, estabelecer quartéis-generais, ou construir e manter infra-estrutura. Na verdade, o Documento Constitutivo reconhece que a OTAN terá que contar com uma infra-estrutura adequada, compatível com (essas) tarefas, considerando que agora a estratégia da OTAN depende da capacidade dos estados de receber reforços.

O Documento Constitutivo reflete a política da aliança no ambiente de segurança atual e previsível. Se percebermos uma mudança inesperada, para pior, a OTAN tem a prerrogativa de reconsiderar as suas políticas no que diz respeito ao posicionamento de armas nucleares e convencionais, e o Documento Constitutivo não restringirá isso de nenhuma maneira. É nossa esperança e expectativa, contudo, que as tendências recentes, e muito positivas, na Europa, continuem assim, e que o Documento Constitutivo proporcione um veículo para uma cooperação muito maior entre a OTAN e a Rússia. ●

TRAÇANDO O RUMO PARA O FUTURO DA POLÍTICA EUROPEIA DE SEGURANÇA

Entrevista com Jeremy Rosner, assessor especial do Presidente e da Secretária de Estado para a Ratificação da Ampliação da OTAN

O debate sobre a ampliação da OTAN, que implica tanto em “sérias garantias de segurança quanto um valor considerável em dinheiro” está ajudando a “traçar o nosso rumo no que diz respeito à política europeia de segurança para os próximos anos”, declara Rosner. Ele está convencido de que quando as discussões terminarem, o Senado dos Estados Unidos votará no sentido de ratificar a admissão da Polônia, Hungria, e República Tcheca na OTAN. Rosner foi entrevistado pelo Editor Executivo Dian McDonald..

PERGUNTA: A expansão da OTAN é a questão de política externa mais importante com a qual o governo Clinton deverá lidar nos próximos meses?

ROSNER: É certamente uma das nossas maiores prioridades e será, sem dúvida, um assunto de grande importância para o Congresso, pois, ao contrário de algumas iniciativas de política externa, ela está focalizada muito nitidamente em uma votação específica, e essa votação requer uma margem de dois terços.

Por causa dos interesses envolvidos e por causa das consequências envolvidas, o debate e a decisão serão da maior importância para o país e para o Senado. Sob certos aspectos, trata-se do primeiro debate importante sobre a política europeia de segurança que temos desde o fim da Guerra Fria. A situação envolve tanto sérias garantias de segurança quanto um valor significativo em dinheiro. E ela realmente ajuda a determinar o nosso rumo no que diz respeito à política europeia de segurança para os próximos anos. Por esses motivos, será uma decisão muito importante e eu tenho certeza que ela será considerada dessa forma no Capitólio.

P: Até que ponto o governo está exercendo pressão sobre o Congresso no que se refere à ampliação da OTAN, e que estratégia o governo está usando nesse esforço?

ROSNER: Eu não sei se “pressão” é a palavra certa, mas nós certamente estamos usando todos os recursos disponíveis para mostrar - tanto ao

Congresso quanto ao público - porque achamos que a ampliação da OTAN beneficiará a segurança nacional dos Estados Unidos. O presidente e a secretária Albright - assim como todos nós que trabalhamos com eles - dedicaram muito tempo e esforço à tarefa de falar com os membros do Congresso, participando de audiências, preparando materiais para essas audiências, incluindo o relatório sobre essa questão que o presidente enviou ao Congresso em fevereiro e a carta que ele enviou no dia 11 de setembro para 20 senadores, respondendo a uma variedade de perguntas básicas sobre a ampliação da OTAN. Estamos também nos dirigindo ao público, participando de discussões sobre esses assuntos no país inteiro, falando com grupos interessados na ampliação da OTAN - desde a comunidade dos ex-combatentes até a comunidade religiosa, e incluindo a comunidade empresarial e as comunidades étnicas. Por causa do nível de importância, o assunto requer muita discussão, tanto no Capitólio quanto fora de Washington.

E nós fizemos tudo o que foi possível para estimular o debate o quanto antes. E eu acho que o fato de que o presidente e a secretária abriram este escritório (Escritório para a Ratificação da Ampliação da OTAN, Departamento de Estado dos Estados Unidos) - (NATO Enlargement Ratification Office, U.S. Department of State) -- e de que escritório está dedicado às funções que o próprio nome indica - é um sinal de que eles queriam mais, e não menos, discussões sobre esse assunto -- e que queriam que o assunto fosse

discutido logo; eles não queriam somente um pouco de atenção na última hora.

P: Na sua opinião, quais serão as repercussões da carta - enviada pelo senador Jesse Helms, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, no dia 17 de setembro à secretária Albright - na qual que discutia a ampliação da OTAN e traçava planos para audiências, na comissão, sobre essa questão?

ROSNER: Nós certamente recebemos de bom grado a carta do presidente da comissão, assim como a sua declaração de que ele quer contribuir para que a ratificação seja um sucesso. Compreendemos que ele ainda tem algumas preocupações sobre o assunto, e esperamos que as audiências no Congresso possam ajudar a dissipar suas preocupações, assim como as de seus colegas. Desde o princípio desse processo, nós aceitamos e até estimulamos a realização de audiências sobre a ampliação da OTAN. A secretária Albright e o secretário de defesa Cohen depuseram em abril deste ano, na Comissão do Senado Sobre as Forças Armadas. Temos nos envolvido, com muito interesse, em outros debates no Congresso sobre essa questão, incluindo audiências e reuniões na Câmara dos Representantes, e o Grupo de Observadores do Senado para a OTAN (Senate NATO Observer Group) que os dois líderes no Senado criaram. Temos nos reunido regularmente com esse grupo (o presidente, o vice-presidente, a secretária, e outros membros do governo. Na nossa percepção, quanto mais esse assunto for discutido, maior apoio ele terá, e os membros do Congresso se sentirão mais à vontade sobre a questão. E nós certamente esperamos que o presidente da comissão apoie a expansão da OTAN. Agradeceríamos o seu apoio e achamos que a declaração que ele fez em sua carta nos estimula.

P: No campo das relações exteriores, o seu escritório está envolvido em alguma atividade específica, multilateral ou bilateral, que seja relacionada à expansão da OTAN?

ROSNER: Nós certamente acompanhamos de perto os esforços para a ratificação que ocorrem no

exterior. Também observamos a maneira pela qual o assunto está sendo debatido em outros países, em parte porque é perceptível que a reação a essa questão no exterior está exercendo uma grande influência no debate aqui nos Estados Unidos, e especialmente no Congresso. Portanto ficamos em dia com os debates políticos e os debates na imprensa, em outros países, sobre essa questão. Nós nos reunimos com os membros dos governos de muitos países, que estão interessados nos nossos esforços para a ratificação, para que possamos ter uma visão melhor dos seus esforços para a ratificação. E eu, assim como outras pessoas da minha equipe, já falei, no exterior, sobre o que nós estamos fazendo para tentar garantir que as pessoas entendam, nos outros países, o nosso esforço para a ratificação e as preocupações que o público americano e o Congresso americano têm sobre essa questão.

P: Quais são os riscos inerentes à alternativa para a expansão da OTAN - isto é, a manutenção da organização com os mesmos membros que ela possuía durante a Guerra Fria?

ROSNER: Acho que há vários riscos. E quando as pessoas - tanto no Congresso quanto fora dele - se fixam na questão dos custos desta iniciativa (e elas devem mesmo se fixar nisso) elas também deveriam se preocupar com os custos de não tomar essa iniciativa. Como o presidente sugeriu sobre essa questão no seu relatório para o Congresso em fevereiro, há muitos custos ligados a isso. Primeiro, há o risco de deixar a situação de segurança da Europa Central sem definição, e o risco de tornar aquela região menos segura. E devemos nos lembrar que, neste século, duas guerras mundiais e uma guerra fria têm suas raízes, em parte, naquela região e na sua insegurança e instabilidade em vários pontos. E, portanto, seria um erro histórico perder a oportunidade de reforçar a segurança e a estabilidade daquela região, porque isso é provavelmente a melhor coisa que podemos fazer para não sermos forçados a participar, outra vez, de uma guerra na Europa, como aconteceu neste século.

Segundo, se não expandirmos a OTAN, não estaremos fortalecendo a aliança. Os três países que

serão admitidos trarão consigo 300,000 soldados e outros recursos de segurança. Eles já demonstraram sua determinação no sentido de contribuir com a segurança além das suas fronteiras, nos seus esforços na Guerra do Golfo e na Bósnia. E perderíamos a oportunidade de ter três estados que estão dispostos, capazes, e realmente ansiosos para nos ajudar a tratar dos novos desafios à segurança da Europa.

Terceiro, acho que se a OTAN não estivesse se expandindo, nós não estaríamos vendo algumas tendências muito positivas naquela região. Já vimos quase uma dúzia de acordos feitos entre os estados da região para resolver suas disputas étnicas e de fronteira; em parte isso acontece porque os estados na região sabem que, para serem candidatos sérios a membros da OTAN, eles precisam tomar essas medidas. E eu duvido que essas tendências à estabilidade e ao aprofundamento da democracia estivessem acontecendo no nível em que estão na região se esse processo não estivesse em andamento.

E, finalmente, acho que há um custo em termos das implicações de nossa visão da Europa e de suas divisões. Se não ampliássemos a OTAN, estaríamos, na prática, tornando permanente a linha divisória na Europa, que Stalin impôs e manteve pela força durante a Guerra Fria. E essa linha divisória está, sem dúvida, ultrapassada e ilegítima na atual conjuntura. Portanto, se quisermos apagar a linha divisória na Europa e ajudar a construir uma Europa onde haja união, democracia, e paz, certamente devemos começar por admitir membros qualificados na Europa Central, e embarcar em um processo para a admissão de outros membros no futuro.

P: O senhor acredita que as estimativas de custo - que variam muito - divulgadas pelos meios de comunicação, para a expansão da OTAN, podem ser um fator de decisão no resultado do debate sobre essa questão?

ROSNER: Não há dúvida de que o Congresso analisará cuidadosamente os custos da ampliação da OTAN. Os membros do Congresso já

demonstraram estar muito preocupados com isso. E eles devem prestar muita atenção a isso, em uma época em que estamos trabalhando para equilibrar o orçamento. Mas eu acho que agora que sabemos quais são os países que vão entrar para a OTAN, e agora que a OTAN está formulando suas próprias estimativas das implicações em termos de recursos, os membros do Congresso, nos próximos meses, poderão ter mais certeza a respeito da política e poderão compreender quais são as implicações em termos de recursos. E eu espero que quando tudo isso ficar claro, eles terão uma base mais firme para tomar a decisão básica, sobre se os benefícios justificam os custos. Nós achamos que se trata de um investimento relativamente modesto com um retorno extremamente alto. Estimamos que a parte do custo que caberá aos Estados Unidos será de US\$150 milhões a US\$200 milhões por ano durante a próxima década. E comparado com os bilhões que gastamos na Segunda Guerra Mundial e com os trilhões que gastamos na Guerra Fria, parece que se isso puder comprar, para nós, décadas futuras de segurança e estabilidade na Europa Central e no resto da Europa., estaremos fazendo um excelente investimento.

P: Como o senhor caracterizaria a importância da Cúpula de Madri para a segurança da Europa e também em termos da reestruturação e do futuro da OTAN como organização?

ROSNER: A Cúpula de Madri foi um evento histórico. A aliança tomou a decisão de convidar a Polônia, a Hungria, e a República Tcheca para iniciar o processo de entrada na aliança. Certamente esta foi a decisão mais significativa desde o fim da Guerra Fria, sob muitos aspectos. E além disso, a aliança declarou que a porta ficaria aberta para o ingresso de outros membros no futuro. A aliança observou, em particular, o progresso da Romênia e da Eslovênia, além do desejo dos países do Báltico de serem admitidos na organização.

Além disso, a Cúpula de Madri continuou com o processo de adaptação da OTAN, seus aperfeiçoamentos, a simplificação das suas estruturas de comando, os seus esforços para

melhorar sua capacidade de muitas formas, como por exemplo, por meio do Conselho da Parceria Euro-Atlântica (Euro-Atlantic Partnership Council), as melhorias na Parceria para a Paz (Partnership for Peace), e os documentos constitutivos com a Ucrânia e com a Rússia. Em conjunto, trata-se de um dramático elenco de medidas que orientam firmemente a OTAN em direção aos novos desafios à segurança na Europa e em direção ao objetivo de que falamos - uma Europa que seja realmente unificada, democrática e em paz, talvez pela primeira vez na sua história.

P: De que forma a ampliação da OTAN afeta as relações dos Estados Unidos com os países que não são da OTAN, e que não estão na lista dos candidatos à admissão no futuro?

ROSNER: Quando você examina toda a gama de iniciativas que estão sendo implementadas neste período — não apenas o acréscimo de três países, mas também a política da porta aberta, os novos acordos com a Rússia e a Ucrânia, os aperfeiçoamentos na Parceria para a Paz, assim como nos nossos próprios esforços bilaterais com os estados da região — eu acho que é fácil perceber porque tantos países da região que não foram convidados para iniciar o processo de admissão em Madri ainda assim expressaram seu total apoio às decisões tomadas em Madri e disseram que, embora não tenham sido convidados para participar do grupo, acham que as decisões de Madri também contribuirão para a melhoria da sua segurança.

Um exemplo que reforçou essa impressão foi a calorosa recepção que o presidente e a secretária tiveram em Bucareste, Romênia, poucos dias após a Cúpula de Madri. Havia mais de 100.000 pessoas nas ruas para aplaudir o presidente e as decisões de Madri, apesar do fato de que a Romênia expressou um forte interesse em ser convidada para entrar para a OTAN, mas o convite não ocorreu. E houve enfáticas declarações do presidente Constantinescu, elogiando o processo iniciado pela OTAN. Portanto, eu acho que temos provas de que este conjunto de iniciativas está sendo bem recebido pela região em geral, e isso

está ajudando a melhorar a segurança e a estabilidade na região.

P: Qual é a sua previsão para as próximas etapas da expansão da OTAN se a Polônia, Hungria e a República Tcheca forem admitidas?

ROSNER: A OTAN declarou que vai rever o seu processo de porta aberta em 1999, que ela manterá uma porta aberta para levar em consideração o desejo que outros países possam ter de entrar para a organização, e que continuará a trabalhar com eles por meio da Parceria para a Paz e do Conselho da Parceria Euro-Atlântica. Eu acho que depois que os três primeiros estados forem ratificados — e eu tenho confiança de que isso acontecerá até 1999 — as pessoas vão querer saber como o processo ocorreu. Mas eu acho que elas vão observar tanto a integração desses três estados de maneira ordenada quanto as considerações sobre os próximos estados que continuam querendo se tornar membros da organização.

P: Atualmente, qual é o principal desafio para o governo, no que diz respeito à expansão da OTAN?

ROSNER: No momento estamos passando pelo processo de discussão da admissão com os três países. Precisamos terminar essas discussões. Precisamos completar o estudo com os nossos aliados da OTAN, no que diz respeito às implicações disso em termos de recursos, e em seguida apresentar essas informações ao Senado para ratificação. Eu espero que o Senado examine muito cuidadosamente o que isso significa para os contribuintes americanos, para as nossas relações com a Rússia, para os estados que não foram convidados para entrar para o grupo, e para a eficácia da OTAN; além disso, o Senado levará em consideração a sua relação com as decisões e operações na Bósnia. Mas depois que o Congresso examinar essas questões, eu tenho confiança de que ele se decidirá pela ratificação da admissão desses três estados. Em seguida teremos que agir para conseguir a ratificação por todos os outros estados aliados. É necessário que haja unanimidade.

E então eu acho que o desafio será mostrar que isso é uma vantagem para a aliança, uma vantagem para a Europa, e uma vantagem para a própria segurança da América. E o processo de trazer os países para a aliança é a melhor maneira de provar isso. Embora esse processo demore alguns anos, eu acho, em última análise, que a sua entrada para a aliança, propriamente dita, é o que dará às pessoas a confiança de que isso foi bom para nós, bom para os nossos aliados, e bom para a aliança. ●

AMPLIAÇÃO DA OTAN: UM ATO IRRESPONSÁVEL OU UMA NECESSIDADE?

Robert Hunter, embaixador dos Estados Unidos na ONU

No processo de ampliação da OTAN, “procuramos demonstrar que a OTAN não representa uma ameaça para; ela apenas dá uma função legítima para todos os que trabalharem conosco,” diz o embaixador Robert Hunter, representante permanente dos Estados Unidos no Conselho do Atlântico Norte. A expansão da OTAN, segundo ele, “é uma necessidade para que se possa obter uma segurança duradoura na Europa.”: O artigo a seguir foi adaptado de um discurso proferido por Hunter no Conselho de Relações Exteriores de Chicago em Setembro (Chicago Council on Foreign Relations).

Estamos vivendo uma época extraordinária na Organização do Tratado do Atlântico Norte. Poucos anos atrás, o obituário da OTAN estava sendo escrito; assim como o Pacto de Varsóvia, ela se destinava “ao monte de cinzas da história”, de Karl Marx. Mas agora, tenho o prazer de informar que a aliança da OTAN está viva e saudável, com o forte apoio de 16 aliados, três países que queremos convidar para se unirem a nós, e 24 outros Parceiros Para a Paz.

A OTAN está viva e com saúde porque provou para si mesma - mais uma vez - que é uma instituição indispensável para atender às necessidades e fazer valer as oportunidades de segurança na Europa, não só hoje, mas também no novo século.

Todos os 16 aliados chegaram à conclusão de que desejam cuidar da sua segurança em conjunto, e não em separado, embora os dois motivos originais da sua associação, a Guerra Fria e a União Soviética, tenham deixado de existir. Ninguém quer “renacionalizar” a defesa; todos querem continuar fazendo parte deste pacto da OTAN, que com o passar do tempo tem provado o seu valor.

A OTAN também continua a ser o pilar de sustentação de uma das realizações exclusivas da história: o fato de que os 15 membros da União Européia conseguiram nada menos que abolir a guerra como um instrumento de suas relações

entre si. Atualmente é inadmissível que a Alemanha e os seus vizinhos entrem em guerra novamente, e ninguém questiona a da sabedoria de se preservar e ampliar este “Espaço Civil Europeu” o máximo possível, tanto no sentido temporal quanto geográfico.

Nós, da OTAN, agora temos a oportunidade e a ambição de ampliar esse Espaço Civil para o leste, um passo de cada vez, para unir sociedades que até agora não puderam pensar em um futuro que não incluísse conflitos intermitentes. Dessa forma, a aliança estendeu seus braços para um espaço que transcende suas antigas fronteiras - sim, de certa forma, nós já nos “expandimos”: - oferecendo a perspectiva, a promessa, de construir a segurança em todo o continente que pode agora, acolher e conviver com todos os países e povos da Europa que estejam prontos para se unir e que desejam fazê-lo.

Também reconhecemos que a paz e a segurança na Europa requerem uma abordagem revolucionária no que se refere à Rússia - o país cujo destino pode ser o mais decisivo para o futuro da Europa: não a tratando como um estado pária que perdeu uma guerra - como a Alemanha após 1918 - mas como uma grande nação com um direito legítimo de ser parte da Europa, de sua política, sociedade, economia., e segurança - como a Alemanha, após, 1945, que se desenvolveu e se transformou na livre e democrática República Federal que hoje conhecemos.

Ao mesmo tempo, a OTAN enfrentou o desafio da luta mais séria e contínua na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, na Bósnia - construindo uma ponte que liga a Sarajevo de 1914 à Sarajevo de 1997.

E a OTAN está provando, mais uma vez, que é de vital importância para os Estados Unidos e para o mundo. Há muito nos tornamos uma potência na Europa, como o devido reflexo de nossos interesses estratégicos, políticos e econômicos - e também de nossos valores democráticos e visão de objetivo.

Nesse aspecto, acho que nós, americanos, estamos unidos e nosso compromisso contínuo com a OTAN é, antes de mais nada, uma expressão desses interesses e valores inabaláveis. Sinto-me grato pelo fato de que cada um dos membros do Congresso, de ambos os partidos políticos, que visitaram a OTAN desde o início da minha gestão, apresentou o seu apoio à continuidade do envolvimento dos Estados Unidos na segurança da Europa. Ao mesmo tempo, no continente, esse envolvimento mais uma vez foi reconhecido como essencial. Mais uma vez, os aliados buscam em nós a inspiração, a liderança e o comprometimento.

Essa percepção tem o seu peso. Ela marca as responsabilidades que, mais uma vez se pede que esta geração de americanos assuma, uma marca das profundas deliberações e decisões críticas que nós, americanos temos que tomar em conjunto. Em última análise, o nosso papel na segurança da Europa será definido pelo povo americano. Isso é certo, adequado - e necessário - porque qualquer compromisso dessa ordem de grandeza que fizermos deverá ter raízes profundas na nossa cultura política.

Expansão da OTAN: um ato irresponsável ou uma necessidade? Esta não é uma pergunta que deva ficar sem resposta. Esta é uma pergunta que deve ser levada a sério. Vamos encarar os fatos. O que nos está sendo pedido agora — aceitar a Polônia, a Hungria, e a República Tcheca na OTAN — envolverá os Estados Unidos permanentemente com a segurança da Europa. Essa atitude implicará novas exigências e também algum custo adicional.

Ela significará um comprometimento duradouro com a segurança e a estabilidade da Europa Central. Ela significará levar a sério as preocupações da Rússia e tentar responder a elas. E ela exigirá que os aliados da OTAN, em conjunto, se certifiquem de que tudo isso dê certo, de modo que cada país no espaço transatlântico — incluindo a América do Norte e toda a Eurásia — tenha, de alguma forma, um interesse no sucesso dos aliados. No devido tempo, queremos que as pessoas que estiverem em Chicago, em Frankfurt, em Varsóvia, Praga, e Budapeste, em Bucareste e nos países do Báltico — e também em Kiev e Moscou — possam dizer o que a OTAN fez para tornar o seu futuro mais seguro.

E vejam as oportunidades, se fizermos a coisa certa. Agora temos a chance de alcançar centenas de milhões de pessoas que durante tanto tempo sofreram os rigores da tirania comunista e do domínio soviético — isoladas do desenvolvimento da democracia ocidental na sua plenitude, e do vertiginoso progresso econômico das últimas décadas. Temos a chance de ajudar a curar feridas criadas, não somente em uma, mas em todas as três grandes guerras européias deste século. Estamos tendo nada menos que uma oportunidade exclusiva de dar uma segunda mordida na maçã da história: terminar o trabalho que foi iniciado com o Plano Marshall, ajudando a construir sociedades democráticas, prósperas e seguras em toda a Europa — e desta vez sem sermos barrados por uma Cortina de Ferro.

Portanto, a OTAN decidiu se reestruturar. Para isso, nessa primavera, os líderes aliados promoveram uma impressionante seqüência de eventos, durante um memorável período de 44 dias — da assinatura do Documento Constitutivo OTAN-Rússia em Paris a um encontro de 43 chefes de estado e de governo no histórica Cúpula da OTAN em Madri. E quando os trabalhos terminaram, a OTAN havia mudado mais, fundamentalmente, do em qualquer momento desde a sua fundação, há quase meio século.

Essa seqüência de eventos foi uma reação direta à liderança do presidente Clinton, e deu

continuidade às decisões tomadas na Cúpula de Bruxelas em 1994. A OTAN agiu em oito áreas diferentes, cada uma delas reforçando as demais, e todas elas constituindo uma base consistente para a segurança da Europa.

Em Madri, em julho, os chefes de estado e de governo dos 16 países-membros da OTAN convidaram os três primeiros países para se unirem à aliança — escolhendo aqueles que julgaram mais aptos a assumir as responsabilidades inerentes ao ingresso na organização, e que apresentavam as maiores probabilidades de serem aceitos por 16 parlamentos. Agora estamos negociando, com eles, os documentos de admissão. Esses serão enviados aos parlamentos no próximo ano, e se forem ratificados — e isso inclui três quartos dos votos no Senado dos Estados Unidos — esses três primeiros membros entrarão para a aliança em uma cúpula em Washington, no 50º aniversário da OTAN em abril de 1999.

Ao mesmo tempo, em Madri, os aliados concordaram em deixar a porta aberta para a admissão de novos membros. As duas ações estão interligadas — admissão e porta aberta; a idéia é apagar as linhas divisórias na Europa, e não traçar novas linhas. Sob o ponto de vista dos Estados Unidos, a porta de entrada para a OTAN permanecerá aberta enquanto houver países europeus prontos e dispostos a compartilhar as responsabilidades inerentes à participação. Ainda não está decidido quem será o próximo, e nem quando isso vai acontecer. Mas o comprometimento é claro.

Mas os líderes não pararam por aí. Três anos atrás, a OTAN implementou uma das suas iniciativas mais bem sucedidas: a Parceria Para a Paz (Partnership for Peace). Essa iniciativa trouxe para o âmbito de esforço e atividade da OTAN aproximadamente 27 países, da Europa Central até a Ucrânia e a Rússia, e até a Ásia Central. Para os poucos países que estão procurando entrar para a OTAN, a Parceria Para a Paz (PPF) é uma etapa intermediária para a admissão, o campo de treinamento para a aliança, a transição que ocorre antes da admissão, e não depois — de forma que

quando o Senado dos Estados Unidos perguntar se eles estão prontos, a resposta será sim. E para os países que não entrarem para a OTAN, pelo menos por enquanto, a PFP oferece um compromisso permanente conosco, fazendo, de fato, tudo o que um aliado pode fazer. Na verdade, 14 desses países parceiros atualmente estão participando da Força de Estabilização da Bósnia., fazendo a sua parte na manutenção da paz., como qualquer membro da OTAN.

AAo mesmo tempo, a OTAN passou a ter um significado maior para a Parceria Para a Paz, criando um novo Conselho de Parceria Euro-Atlântica, que permite que os seus 43 membros ajudem a determinar o rumo da PFP e a trazer as suas questões de segurança ao coração da aliança.

Mas talvez o que mais mereça destaque seja o Documento Constitutivo OTAN-Rússia. Esse documento oferece à Rússia a oportunidade de participar, de maneira integral na segurança da Europa — se, como todos os outros países, ela observar as normas. O Documento Constitutivo protege a capacidade da OTAN de tomar as suas próprias decisões e preservar as suas qualidades básicas como uma aliança de defesa; mas ele também possibilita uma ampla gama de consultas, cooperação, e até mesmo ação conjunta com a Rússia. Em setembro, o novo Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia se reuniu em uma sessão ministerial em Nova Iorque, começando a esboçar um novo programa que, se houver boa vontade e um bom esforço de ambos os lados, pode se tornar uma parceria estratégica que beneficiará a ambas as partes e ao mesmo tempo protegerá os interesses de todas as outras nações. Ainda é difícil imaginar que atualmente 1300 soldados russos estão servindo na Bósnia, fazendo parte da Força de Estabilização liderada pela ONU — soldados americanos e russos patrulhando juntos, protegendo-se mutuamente, pela primeira vez desde a dissolução da Grande Aliança, após a Segunda Guerra Mundial.

Da mesma forma, a OTAN criou uma parceria especial com a Ucrânia, por meio de um documento constitutivo que reconhece a

importância vital daquele país no coração da Europa — um teste crítico de tudo o que estamos tentando realizar.

Além disso, a nova OTAN está mudando profundamente a maneira pela qual funciona, para atender aos diversos requisitos militares do novo século. Reduziremos o número de quartéis-generais em dois terços; estamos criando novos meios de organizar e comandar forças para manutenção da paz e outras crises; mas também nos certificaremos de que a aliança possa continuar a responder a qualquer desafio militar em potencial — e que uma OTAN maior seja tão forte e eficaz quanto é atualmente.

Finalmente, na OTAN, atendemos ao pedido dos nossos aliados europeus, que queriam assumir uma responsabilidade quanto à defesa, uma parcela maior do esforço, por meio de uma nova Identidade Européia de Segurança e Defesa. Pela primeira vez, a União Européia Ocidental será capaz de efetuar as suas próprias operações militares, obtendo assistência da OTAN, e ao mesmo tempo reforçar, e não competir, com os laços com o outro lado do Atlântico.

Este é o ambiente no qual eu acho que devemos julgar a ampliação da OTAN — uma etapa em uma estrutura geral de segurança que pode ser bem sucedida porque atende a necessidades legítimas de todos os países com ela envolvidos na Europa.

Com a admissão formal na aliança, desejamos nada menos que tirar países na Europa Central da história, a história de um século no qual a incerteza e a instabilidade os levou, repetidas vezes — e tantos outros — a enfrentar conflitos e tragédias. Esperamos acabar com a concorrência pela primazia e pelo controle na região — de modo que esses antigos objetos de poder político possam ser os agentes — e os mestres — do seu próprio destino. Queremos dar a esses povos a confiança básica para que eles possam colocar em prática, sem interferência, os seus esforços no sentido de ser unir novamente ao Ocidente, e fortalecer suas

democracias, construir economias de mercado, criar novas vidas para eles próprios e para as suas famílias. Enquanto isso tudo ocorre, desejamos demonstrar que a OTAN não representa perigo para ninguém; ela apenas cria uma função legítima para todos os que queiram trabalhar conosco.

Acreditamos, portanto, que a expansão da OTAN é um requisito para que se consiga uma segurança duradoura na Europa.

Mas isso seria também um ato irresponsável? Esse seria o caso se falharmos no que estamos tentando fazer agora, nos seus muitos aspectos inter-relacionados; se deixarmos, em qualquer país aliado, de ratificar os documentos de admissão; se deixarmos de prover os recursos — os modestos recursos — necessários para que a OTAN continue forte; ou se deixarmos de transformar em realidade a visão que, no fundo, orienta o que estamos procurando fazer agora: criar uma segurança duradoura na Europa para o Século XXI, que possa ajudar a redimir a terrível história do Século XX. Isso sim, seria um fracasso; isso sim, seria um ato irresponsável.

Mas eu estou certo de que seremos bem sucedidos — mais particularmente, estou certo de que o povo dos Estados Unidos se unirá para terminar o trabalho iniciado meio século atrás com o Plano Marshall e a criação da OTAN. Nesse esforço, todos nós estamos, de fato, envolvidos; todos nós estamos sendo desafiados como aqueles líderes corajosos e visionários, meio século atrás. Isaac Newton disse, certa vez, que ele “estava de pé, sobre os ombros de gigantes”. Nós também estamos. E eu tenho certeza de que, quando a história, da mesma forma, nos julgar daqui a meio século, termos passado no teste. ●

TRAZENDO NOVOS RECURSOS E MAIS VIGOR À ALIANÇA DA OTAN

Entrevista com George Joulwan, general da reserva do Exército dos Estados Unidos

Joulwan diz que o ato de trazer novos membros ativos para a OTAN, da área estrategicamente relevante da Europa Central e Oriental melhorará a segurança dos Estados Unidos e da aliança. O general da reserva do Exército — que até julho foi o Comandante em Chefe das tropas aliadas da OTAN na Europa (Supreme Allied Commander in Europe [SACEUR]) — acredita que a Polônia, a Hungria e a República Tcheca “trarão um espírito novo e mais vigor para reenergizar a aliança, no momento em que ela se prepara para entrar no Século XXI”, Joulwan foi entrevistado pelo nosso colaborador Jacqui Porth.

PERGUNTA: Por que o senhor acredita que a NATO, nas suas próprias palavras, é “a mais bem sucedida aliança militar na história”?

JOULWAN: Por muitos motivos. Antes de mais nada, a OTAN já demonstrou o seu valor tanto como organização política quanto militar, pelas suas realizações nos seus primeiros 40 anos; ela contribuiu para o fim da Guerra Fria, para o colapso do Muro de Berlim e da Cortina de Ferro, para a reunificação da Alemanha, e para o fim do comunismo na Europa.

Desde 1989, a aliança vem se adaptando às realidades que atualmente enfrentamos na Europa. A principal realidade é a instabilidade. E a OTAN está se adaptando de uma forma que, na minha opinião, demonstra a sua flexibilidade e relevância no que se refere ao Século XXI. Isso pode ser percebido, mais do que em qualquer outro lugar, na Bósnia. A aliança, por meio de uma série de cúpulas, tem assumido novas missões, tem feito adaptações internas e externas, e pela primeira vez na sua história, enviou tropas para a Bósnia para garantir o cumprimento de um acordo de paz, e para trazer estabilidade a essa parte extremamente instável da Europa.

P: O senhor pode falar um pouco sobre as adaptações internas?

JOULWAN: A adaptação interna da aliança é mais evidente, eu acho, na nossa estrutura militar, na

qual o Comando Aliado na Europa, por exemplo, foi reduzido de quatro regiões para três. Ele sofreu uma redução de 25 por cento no seu quadro de pessoal. E está tornando a sua estrutura de comando e força mais leve.

Além disso, incorporamos a Identidade Européia de Segurança e Defesa (European Security and Defense Identity (ESDI)) às nossas operações no Quartel-General Supremo dos Poderes Aliados na Europa (SHAPE) (Supreme Headquarters Allied Powers Europe). Por exemplo, o chefe de estado-maior (um oficial-general de quatro estrelas) do Comandante Supremo Aliado sempre foi um americano. Agora esse cargo é ocupado por um general alemão de quatro estrelas. O chefe do estado-maior conjunto e de planejamento é um oficial-general holandês, de quatro estrelas. O chefe da Célula de Coordenação de Parceria é um oficial-general dinamarquês de duas estrelas. Portanto, os oficiais europeus estão tendo, cada vez mais, uma função na estrutura de comando da aliança. E a adaptação interna da aliança continuará.

Estamos também estudando o conceito de uma Força-Tarefa Conjunta Combinada (Combined Joint Task Force), na qual montaríamos um quartel-general de comando e controle que poderia funcionar sob os auspícios da OTAN ou não — ele poderia, por exemplo, se reportar à União da Europa Ocidental (WEU — Western European Union) — no caso de uma operação que fosse, em

grande parte, européia. Esta adaptação é muito significativa, no momento em que a OTAN se adapta às realidades de hoje e de amanhã.

P: E de que forma está sendo feita a adaptação externa?

JOULWAN: Há duas questões principais. Uma é a Parceria para a Paz (PPA), que surgiu a partir da cúpula de chefes de estado de janeiro de 1994. Tratava-se de uma tentativa, por parte da aliança, de se aproximar dos nossos antigos adversários e estados não-alinhados e ver se poderíamos trabalhar juntos para desenvolver normas e procedimentos comuns, além de uma doutrina, para que pudéssemos conduzir missões em conjunto no futuro. Naquela época, ninguém sabia que a teoria seria colocada em prática na Bósnia, mas esse programa de cooperação militar ocupava um lugar de destaque na minha lista de prioridades. E ele foi muito bem sucedido: atualmente, 27 nações fazem parte do Programa de Parceria Para a Paz; 25 dessas 27 nações possuem oficiais de ligação no quartel-general do SHAPE em Mons, na Bélgica. Isso torna o SHAPE o maior quartel-general multinacional do mundo. A OTAN e os nossos parceiros fazem 15 grandes exercícios em conjunto e estão envolvidos, também, em centenas de seminários, grupos de trabalho, e outros tipos de contatos. Estamos passando de um período de confronto, na Guerra Fria, para uma era — atual — de cooperação e diálogo. E está dando certo.

A outra adaptação externa é o que estamos fazendo com os russos; esse foi um dos destaques dos meus quatro anos na função de SACEUR. Temos um oficial russo que se reporta diretamente ao SACEUR desde outubro de 1995. Devido a essa situação, as forças russas estão cooperando lado a lado com as forças americanas e da OTAN na Bósnia, patrulhando o estratégico Corredor de Pasovina e interagindo umas com as outras no que se refere a comunicações, logística, e treinamento tático. Como resultado dessa cooperação, o Documento Constitutivo OTAN-Rússia foi assinado em Paris em maio último e oferece muita esperança para o futuro.

P: Quais são as adaptações e mudanças na área militar, que a aliança precisa fazer para conseguir uma expansão além da que o senhor descreveu?

JOULWAN: Fundamentalmente, o que precisa acontecer é o seguinte: as nações aceitas na aliança precisam entrar para a estrutura integrada de defesa aérea da OTAN. Para mim, essa é a prioridade máxima. Além disso, as comunicações devem ser estabelecidas e o treinamento deve ser intensificado, para fazer com que as novas nações-membros alcancem os padrões da OTAN rapidamente.

P: De que forma os novos membros da OTAN contribuirão para os requisitos de segurança dos Estados Unidos?

JOULWAN: Eu acredito que os novos membros propostos, os húngaros, os poloneses e os tchecos, estão localizados em uma parte estratégica da Europa. Trata-se de um vácuo que tem prevalecido entre a Alemanha e a Rússia durante séculos, e durante séculos tem havido guerras nessa região: somente neste século, duas guerras mundiais, custando milhões e milhões de vidas e trilhões de dólares em prejuízos. Portanto, o ato de admitir essas nações na aliança não apenas contribui para a segurança dos Estados Unidos, mas também para a segurança da OTAN.

Além disso, esses países possuem forças armadas que, com o tempo proporcionarão um recurso valioso para a aliança, e já demonstraram que estão dispostos não só a compartilhar os nossos valores e ideais, mas também compartilhar os riscos, enviando tropas à Bósnia. Além disso, eu acho que essas nações trarão um novo espírito e mais vigor para reenergizar a aliança, no momento em que ela se prepara para entrar no Século XXI.

P: A ampliação da OTAN é necessária, sob o ponto de vista militar?

JOULWAN: Eu creio que sim. Eu acredito que o ato de trazer essa parte estrategicamente relevante de Europa para o seio da aliança promoverá a estabilidade e criará mais oportunidades de

investimentos na Europa Oriental e Central. Ao fazer isso, também estaremos dando alguns passos à frente no caminho da democracia. Afinal, a visão de George Marshall, cinquenta anos atrás, incluía não somente a Europa Ocidental, mas também a Europa Oriental e naquela época, a União Soviética também. Portanto, isso está totalmente em conformidade com o sonho de Marshall, meio século atrás. De fato, na minha opinião, a estabilidade da Europa Central proporciona segurança para o flanco ocidental da Rússia.

P: O senhor tocou nesse assunto rapidamente, mas o senhor poderia definir com mais detalhes, as implicações militares para a Polônia, a Hungria e a República Tcheca, no que se refere à sua admissão na OTAN?

JOULWAN: Eu acredito que isso melhorará a segurança das três nações, obviamente, mas quando eu me reuni com os líderes políticos e militares de todas essas três nações, eles deram todas as indicações de que também desejam contribuir, em muito, para a aliança, tanto no campo político e diplomático, quanto no campo militar. Após muitas discussões com a liderança dessas três nações, e eu estou convencido de que elas serão membros em toda a sua plenitude, ativos e contribuintes.

P: Os opositores da expansão da OTAN dizem que a admissão de novos membros pode, fatalmente, diluir a natureza da aliança. O que o senhor acha disso?

JOULWAN: Essa é a questão que precisa ser debatida durante o próximo ano ou durante os próximos dois anos. Mas a aliança passou por uma expansão em 1951. Tínhamos 12 nações quando o general Eisenhower era o Comandante Supremo. No decorrer dos 30 anos que se seguiram, nós crescemos, e o número de nações chegou a 16. Portanto, houve crescimento no passado. Eu acredito que há motivos estratégicos muito sólidos para incluir essas nações cuja admissão foi aceita em Madri (em julho): Polônia, Hungria, e a República Tcheca. Outras 12 nações se candidataram, e portanto a aliança e as nações

soberanas devem continuar a dialogar e então a decisão política deve ser tomada sobre até que ponto a expansão deve continuar.

P: A ampliação da OTAN é necessária para solidificar o relacionamento entre a Comunidade Atlântica (Atlantic Community)?

JOULWAN: Eu acredito que a ampliação é uma continuação dos eventos de 1989 e 1990. Não podemos impedir o acesso de essas nações que tanto se sacrificaram nos últimos 40 ou 50 anos, na luta pela liberdade, e que também podem contribuir, e muito, para a segurança da Europa no futuro.

P: O senhor acha que os membros da OTAN conseguirão — individualmente e em conjunto — tratar da questão da divisão de responsabilidades de defesa de maneira satisfatória para os membros do Congresso dos Estados Unidos que podem se opor à expansão da OTAN?

JOULWAN: Eu acho que o custo é uma questão que precisa ser tratada. Pessoalmente, nas minhas conversas com os líderes políticos e militares de todas as três nações, eles disseram que pretendem pagar a parte que lhes cabe da expansão da OTAN. Como eu disse, na minha percepção, quando eu era o Comandante Supremo, eu deixei bem claro que os requisitos, na minha opinião, incluíam a defesa aérea integrada, comunicações, e treinamento. A decisão sobre os aviões, navios ou tanques que uma nação deve comprar deve ser tomada pela própria nação.

Não temos total inter-operabilidade dentro da aliança atualmente, entre as 16 nações. Nem todos têm o mesmo tanque, e nem todos têm o mesmo avião de caça. Mas concordamos sobre os princípios, normas, e procedimentos comuns. E essas nações sobre as quais falamos estão demonstrando — atualmente, na Bósnia — que compreendem esses procedimentos.

Portanto, os custos são uma questão que deve ser tratada, mas eu realmente acho que eles foram superestimados segundo algumas fontes. Além

disso, eu não sei como se pode colocar uma etiqueta de preço no risco que você corre quando tem um conflito de qualquer tipo, ou até mesmo uma guerra. Por isso, eu acho que os custos de que falamos podem ser administrados.

P: Há outras mudanças ou adaptações na área militar que a aliança precisa fazer para implementar a expansão, além das adaptações internas e externas que o senhor mencionou?

JOULWAN: Não, eu acredito que a estrutura já se adaptou. Agora, temos um Conselho de Parceria Atlântica, que inclui todos os parceiros da PFP. Portanto, à medida que eles entrarem como novos membros, eu acredito que a estrutura política poderá acolhê-los. Agora, talvez eles precisem aumentar a mesa e aumentar o prédio, mas eu acho que, pelo que pude perceber nas minhas discussões e interações com essas três nações, elas contribuirão, em muito, para a aliança, e para o que aliança significa. Eu fiquei convencido de que essas nações compreendem os valores e ideais que nós conhecemos há tantos anos, e na verdade, sob muitos aspectos, elas me fazem lembrar do real significado da aliança.

P: O debate sobre a OTAN, no Senado dos Estados Unidos, está ocorrendo praticamente no mesmo momento em que está ocorrendo o debate sobre a retirada das tropas dos Estados Unidos e da

OTAN da Bósnia. O senhor tem alguma preocupação, ou prevê algum problema, com a possibilidade de esses dois fatos serem relacionados?

JOULWAN: Politicamente, eu acho que será um problema. Eu espero que as questões referentes à Bósnia possam ser resolvidas antes de junho de 1998. Mas trata-se de decisões políticas que têm que ser tomadas. A Força de Estabilização (SFOR), está lá há 18 meses, por causa de uma decisão política da aliança, da qual os Estados Unidos é um dos principais membros. Se os Estados Unidos ou a comunidade internacional quiser que a data seja mudada, a aliança precisa dizer qual é a nova missão e precisa defini-la com clareza. Eu acho que quanto mais cedo isso acontecer, melhor. Ou retiramos as tropas em junho de 1998. Essa decisão deve ser tomada politicamente, e muito em breve — eu diria, no máximo, até dezembro.

Mas a questão da ampliação é também uma questão estratégica, e eu espero que ela seja debatida pelos seus próprios méritos, porque essas são decisões que afetarão a segurança futura dos Estados Unidos, até bem depois da virada do século. E precisamos fazer a coisa certa. É necessário que haja apoio unânime, do povo americano, do Congresso, e da aliança do Atlântico Norte. ©

O CONGRESSO E O CRESCIMENTO DA OTAN

Stanley R. Sloan
Especialista sênior em política de segurança internacional
Serviço de Pesquisa do Congresso

O debate sobre a ampliação da OTAN “pode ser um dos principais elementos que nortearão a política externa dos Estados Unidos por muitos anos daqui em diante” diz Sloan. No artigo que se segue, ele descreve um possível cenário para o processo de ratificação da ampliação da OTAN no Congresso dos Estados Unidos. Sloan é o especialista sênior em política internacional de segurança no Serviço de Pesquisa do Congresso, da Biblioteca do Congresso. Atualmente ele exerce as funções de assessor do Grupo de Observadores da OTAN no Congresso, e de relator para um projeto especial na Assembléia do Atlântico Norte sobre “A OTAN no século XXI”.

O debate, no Congresso, sobre a ampliação da OTAN começou. Formalmente, o seu início ocorreu quando o Comitê de Relações Exteriores do Senado realizou a sua primeira audiência com a secretária de estado Madeleine Albright no dia 7 de outubro. Mas, na verdade, o congresso já vem considerando a possibilidade da expansão da OTAN há vários anos.

O Congresso já aprovou várias leis que apoiam o processo de expansão. A mais recente é o Ato de Segurança Européia de 1997 (European Security Act of 1997), que aprova a expansão e prevê um processo contínuo de expansão. As leis nos anos anteriores, aprovadas por maiorias simples na Câmara e no Senado, também têm apoiado a expansão da OTAN e autorizado fundos para facilitar a participação de candidatos em potencial no programa Parceria Para a Paz (PPF), da OTAN. Agora, no entanto, a questão é se os dois terços — exigidos pela constituição — do Senado darão o seu “aconselhamento e permissão” para que seja feita uma emenda no Tratado do Atlântico Norte, de modo a aceitar a República Tcheca, a Hungria e a Polônia na aliança transatlântica.

A FUNÇÃO ESPECIAL DO SENADO

A Câmara e o Senado estão desempenhando papéis importantes neste processo decisório. De acordo

com a Constituição dos Estados Unidos, as leis que implicam despesa devem se originar na Câmara dos Representantes, e portanto a Câmara deve aprovar a concessão de quaisquer verbas dos Estados Unidos que sejam necessárias para apoiar a decisão de ampliação.

Mas o Senado tem uma função crítica no início do processo. Para que o processo de ratificação seja concluído com sucesso, dois terços dos membros do Senado “presentes e votantes” devem votar “sim” quando a proposta para ampliar a OTAN for apresentada para consideração no plenário.

O Tratado do Atlântico Norte, também conhecido como o “Tratado de Washington”, tem sido alvo de grande interesse no Senado. Quando foi feito o acordo transatlântico em 1949, o Senado garantiu que seria um parceiro, na sua plenitude, no lado americano do acordo. O relatório do Comitê de Relações Exteriores do Senado sobre o tratado insistia no seguinte ponto: se novos membros fossem convidados para fazer parte do pacto, o Senado consideraria “Uma obrigação por parte da Presidência da República” solicitar aconselhamento e consentimento do Senado para cada caso de admissão. Desde então, os presidentes dos Estados Unidos têm observado essa prática.

Antes de uma emenda de um tratado chegar ao

plenário, para ser debatida, é preciso que ela passe por outros obstáculos. Talvez seja cedo demais para prever com confiança, de que forma, exatamente, a ratificação da ampliação da OTAN vai ocorrer, mas o que se segue é um cenário possível.

O PROCESSO

Em dezembro de 1997, os aliados da OTAN deverão aprovar o resultado das negociações de admissão — que se encontram em andamento — dos três países candidatos. Os resultados dessas negociações serão apresentados sob a forma de três minutas de protocolos para o Tratado do Atlântico Norte, ou um protocolo, se ficar decidido que o pedido de admissão de todos os três seja feito em um só pacote legal. (Quando a Grécia e a Turquia entraram para a OTAN em 1952, houve um protocolo de admissão, e não dois.) Em janeiro de 1998, o presidente Clinton deverá apresentar o(s) protocolo(s) ao Senado.

Os protocolos serão, em seguida, passados para o Comitê de Relações Exteriores do Senado, que tem a responsabilidade de considerar a proposta e relatar a mesma para todos os membros do Senado. É necessário que a maioria dos membros desse comitê vote a favor de relatar o(s) protocolo(s) com uma “resolução de ratificação.” O Comitê de Relações Exteriores realizará audiências sobre o assunto e considerará possíveis condições e reservas a serem anexadas à resolução. Além disso, outros comitês do Senado podem realizar audiências e emitir relatórios. O Comitê das Forças Armadas, do Senado, liderado pelo senador Strom Thurmond (Republicano, Carolina do Sul), provavelmente terá uma função importante quanto se tratar de orientar o debate no Senado. Mas é o Comitê de Relações Exteriores que envia a emenda do tratado para o plenário.

Na verdade, a consideração da ampliação por parte do Senado já estará em andamento quando o presidente enviar o(s) protocolo(s) para o Capitólio. Já em março de 1997, o líder da maioria do Senado Trent Lott (Republicano — Mississippi) nomeou um “Grupo de Observadores da OTAN no Senado” para monitorar o processo de

ampliação. Esse grupo inclui 20 membros e 8 membros adicionais ex-officio, da liderança de ambos os partidos. Ele é presidido pelo senador William V. Roth, Jr. (Republicano — Delaware); o vice-presidente é o senador Joseph R. Biden, Jr. (Democrata — Delaware). Desde a sua formação, esse grupo já realizou muitas reuniões extra-oficiais com membros do governo, líderes civis e militares da OTAN, e autoridades que representam os países-candidatos. Tais reuniões têm sido um canal para informar o Senado a respeito do processo de ampliação e um fórum para debates e discussões informais de questões referentes à ampliação.

Esse rigoroso processo de análise agora se torna mais formal, com as audiências públicas do Comitê de Relações Exteriores sobre a ampliação, que continuarão no decorrer do mês de novembro. Essas audiências se concentrarão nas principais questões referentes à ampliação, incluindo as justificativas estratégicas para a ampliação, questões associadas com o custo e a divisão das responsabilidades, as qualificações dos estados-candidatos, e as implicações nas relações com a Rússia. O senador Jesse Helms (Republicano — Carolina do Norte) preside o comitê e determinará a maneira pela qual ele lidará com a resolução. Outros papéis importantes serão desempenhados pelo senador Gordon Smith (Republicano — Oregon), que lidera o Sub-Comitê de Assuntos Europeus, e o senador Biden, o membro democrata de maior autoridade, tanto do comitê quanto no sub-comitê. O senador Richard G. Lugar (Republicano — Indiana) e outros membros do comitê provavelmente terão funções que terão influência significativa no debate.

Em janeiro de 1998, a discussão no Comitê de Relações Exteriores do Senado começará a se concentrar nas condições e reservas que os senadores desejaram anexar à resolução de ratificação. Supondo que o comitê chegue a um acordo sobre uma resolução que favoreça a ratificação, ele enviará essa resolução para o plenário do Senado. Durante o debate no plenário, os senadores podem apresentar mais condições ou reservas; cada uma delas exigirá uma maioria simples para ser incluída. Em seguida, após o que

provavelmente será um longo debate, dois terços dos senadores presentes e votantes (67, se todos os 100 senadores estiverem presentes) terão que votar “sim” para enviar o(s) protocolo(s) para o presidente, que completa o processo de ratificação pelos Estados Unidos.

O senador Lott declarou que gostaria que o Senado terminasse o seu trabalho até abril de 1998, um ano antes do prazo determinado pelo governo Clinton para realizar uma reunião de cúpula da OTAN em Washington para dar as boas vindas aos três novos membros no 50º aniversário da fundação da organização.

QUESTÕES NO DEBATE

O debate no Senado, e, de maneira mais ampla, no Congresso dos Estados Unidos, não será apenas sobre quem deve entrar para a OTAN. A consideração, pelo Senado, do(s) protocolo(s) provavelmente se tornará um debate sobre os respectivos papéis dos Estados Unidos e dos seus aliados europeus no mundo pós-Guerra Fria. Este, provavelmente não será um debate partidário. Há proponentes e opositores em ambos os partidos políticos.

Haverá discussões nos comitês e no plenário do Senado para avaliar os objetivos da OTAN e o equilíbrio apropriado das tarefas e responsabilidades na aliança. A obtenção ou não de dois terços dos votos dependerá tanto da percepção dos estados da cooperação transatlântica quanto das qualificações dos ansiosos estados candidatos.

A maioria das pessoas, no Capitólio, que estão envolvidas com a questão da OTAN, acredita que a questão mais difícil na luta pela ampliação da OTAN será uma velha conhecida: a questão da divisão das responsabilidades. O final da Guerra Fria propiciou um alívio temporário no endêmico debate sobre a divisão das responsabilidades no Congresso. Desde a queda do Muro de Berlim, o assunto simplesmente não tem atraído a mesma atenção que havia atraído durante a Guerra Fria. Agora, no entanto, uma convergência das despesas relacionadas com a ampliação e com a Bósnia pode

trazer o assunto de volta à tona com maior intensidade.

O senador Roth, um forte defensor da ampliação, que atualmente é o presidente da Assembléia do Atlântico Norte, o braço parlamentar da OTAN, já avisou: “A maneira pela qual os custos da expansão da OTAN serão compartilhados será de importância vital nos debates sobre a ratificação, especialmente no Senado dos Estados Unidos.” O senador Biden, outro defensor tanto da OTAN quanto da ampliação, avisa que “para que a OTAN possa continuar a ser uma organização vibrante...os membros (além dos Estados Unidos) precisam assumir a sua parcela razoável dos custos diretos relacionados com a expansão.” E, de acordo com o senador Biden, eles devem, também, desenvolver a sua própria capacidade de projeção de força.

A questão da divisão das responsabilidades provavelmente será focalizada em vários aspectos: os custos diretos da ampliação da OTAN, melhorias nas forças necessárias para a implementação contínua dos Acordos de Paz de Dayton na Bósnia. Além disso, muitos congressistas acreditam que a principal responsabilidade pela admissão de novas democracias no bloco ocidental é da União Européia. Eles gostariam de ver um processo de ampliação da União Européia que oferecesse a possibilidade de admissão de estados da Europa Oriental e Central na União Européia o mais cedo possível.

OS CUSTOS DA AMPLIAÇÃO

Com relação aos custos diretos da ampliação da OTAN, o governo Clinton, no relatório que apresentou ao Congresso em Fevereiro de 1996, estimou o custo total de um grupo inicial “pequeno” (similar ao grupo aprovado em Madri) em US\$27-35 bilhões entre 1997 e 2009. Desse total, um valor projetado de US\$9-12 bilhões é considerado “custo direto de ampliação: trata-se das melhorias nas instalações de comando, controle e comunicações para ligar os novos aliados aos membros atuais. Tais custos seriam compartilhados em conformidade com as fórmulas tradicionais de

divisão de custos da OTAN, segundo as quais, por exemplo, a parte que cabe aos Estados Unidos seria de US\$150-200 milhões por ano. Os congressistas esperam que os aliados da OTAN arquem com “uma parcela razoável” de tais despesas relativamente modestas sem reclamar. Não há dúvida de que a OTAN concorda com uma fórmula de divisão de custo, mas a maioria dos aliados europeus acreditam que os Estados Unidos superestimou os custos necessários. A estimativa oficial de custo da OTAN provavelmente ficará abaixo da estimativa americana.

De acordo com o estudo, há uma projeção de um custo adicional de US\$10 a 13 bilhões, que deverão ser gastos para que os novos membros reestruturem as suas próprias forças, para que as mesmas se tornem mais inter-operáveis com as forças da OTAN para operações coletivas, tanto de defesa quanto de paz. Muitos analistas além dos próprios candidatos, vêm esta parte dos custos como despesas que os novos membros teriam, de qualquer maneira, para modernizar seu poderio militar no decorrer da próxima década.

CUSTO DAS MELHORIAS EM PROJEÇÃO DE FORÇA

A questão mais controversa e difícil apresentada pelas estimativas de custo do governo Clinton, e uma questão que os senadores provavelmente enfatizarão, é o custo das melhorias no poderio militar dos atuais aliados. Esses custos, estimados, segundo as pesquisas americanas, em aproximadamente US\$8 a 10 bilhões, não são um novo produto da decisão de ampliação. Na verdade, esses custos são vistos como resultados dos requisitos do Novo Conceito Estratégico de 1991, da OTAN, para que todos os aliados reestruturem suas forças, para serem capazes de projetar força além das suas fronteiras nacionais. Os Estados Unidos julgou essas melhorias não apenas essenciais para o cumprimento das novas missões da OTAN, mas também para cumprir os compromissos coletivos de defesa dos novos aliados. Muitos aliados já estão se movimentando nessa direção. Mas nenhum deles provavelmente terá dinheiro “novo” disponível para desenvolver a

capacidade de projeção de força. Eles estão tentando atingir os objetivos do Conceito Estratégico, desenvolvendo maior eficiência e modificando as prioridades das despesas atuais.

Na pior das hipóteses, a resolução de ratificação, pôr parte do Senado, provavelmente incluirá algumas provisões determinando que haja esforços dos aliados tanto para bancar os custos diretos da ampliação quanto para cumprir suas obrigações para desenvolver maior poderio de projeção de força.

BÓSNIA

Uma das questões mais difíceis pode ser a infeliz coincidência do debate sobre a ratificação, no Senado dos Estados Unidos, e o final do mandato da Força de Estabilização (SFOR) na Bósnia. Segundo a política do governo Clinton, as forças dos Estados Unidos deixarão a Bósnia no final do mandato da SFOR, em junho de 1998, e as principais potências européias dizem que, se os Estados Unidos sair, elas também sairão. Muitos membros do Congresso gostariam que o governo cumprisse a sua palavra, enquanto o presidente Clinton agora parece deixar em aberto a possibilidade de algumas forças americanas permanecerem após junho de 1998. Na verdade, se for decidido que a OTAN deve continuar a gerenciar a operação pós-SFOR, a coerência dessa operação requer que algumas tropas americanas permaneçam na Bósnia, e não apenas “além do horizonte”.

Muitos parlamentares que acreditam que algum tipo de presença militar externa será necessária na Bósnia após junho de 1998 acham que os aliados europeus devem demonstrar seu interesse e capacidade de assumir mais responsabilidade pela segurança na Europa, assumindo as operações militares pós-SFOR. No entanto, a maioria dos governos europeus, acredita que qualquer força sucessora da SFOR deve continuar sendo uma operação da OTAN; eles estão relutantes em deixar a Bósnia sem um comprometimento claro e presente por parte dos Estados Unidos. Devido ao futuro incerto na Bósnia, os europeus temem a

possibilidade de serem considerados culpados pela incapacidade de implementar os acordos de Dayton, e temem receber críticas indiretas por parte dos Estados Unidos, pelas possíveis conseqüências.

Nessas circunstâncias, um debate entre os dois lados do Atlântico, sobre quem deverá arcar com as futuras responsabilidades de implementação da paz na Bósnia pode estar se iniciando no momento em que o Senado está analisando a questão da ampliação da OTAN.

OTAN-RÚSSIA

Além disso, a relação da Rússia com a OTAN provavelmente será discutida. Alguns senadores estão preocupados com o fato de que a ampliação da OTAN poderá fortalecer a posição dos comunistas e nacionalistas na Rússia, e pode atrasar o processo de reforma que está ocorrendo no país. Outros se preocupam com o fato de que, para mitigar a oposição russa à ampliação, os países da OTAN podem permitir que a Rússia exerça influência excessiva sobre as decisões futuras da OTAN. Será solicitado ao governo Clinton que demonstre que as políticas dos Estados Unidos e da OTAN estão obtendo um equilíbrio eficaz entre esses dois extremos.

QUALIFICAÇÕES DOS CANDIDATOS

Os senadores, obviamente, querem ter a certeza de que os três candidatos estão fazendo tudo o que podem para fortalecer as suas democracias e para fazer contribuições sérias para as missões da OTAN. Não há dúvida de que serão observadas falhas nessas áreas, mas certamente haverá também um grande crédito de boa vontade no que diz respeito aos esforços que esses três países já fizeram para reformar seus sistemas políticos e reorientar os seus esforços para a defesa. Isso pode ser irônico, mas o debate sobre as credenciais dos candidatos pode ser menos importante do que as questões mais amplas sobre a qualidade da aliança e os papéis relativos dos Estados Unidos e da Europa na aliança.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Todas essas questões serão debatidas dentro do contexto de questões mais amplas. A ampliação da OTAN aumenta ou diminui a chance de os Estados Unidos se envolverem em um futuro conflito na Europa? Quais são os novos objetivos da OTAN, agora que a ameaça soviética desapareceu? O que a rejeição ou aceitação, por parte do Senado, diria à Europa e ao resto do mundo sobre o papel que os Estados Unidos pretende desempenhar no mundo pós-Guerra Fria? Da mesma forma que a decisão de ratificar o Tratado de Washington em 1949 ajudou a estruturar as funções e compromissos dos Estados Unidos durante as cinco décadas seguintes, este debate pode ser um dos principais elementos a nortear a política externa dos Estados Unidos por muitos anos. ●

COMO OS SENADORES DOS ESTADOS UNIDOS VÊM O AMPLIAÇÃO DA OTAN?

Os parlamentares norte-americanos se esforçam para estruturar o debate sobre a ampliação da OTAN de maneira que ele seja compreensível para os eleitores. Tanto a Câmara quanto o Senado tem funções importantes no processo decisório. Os projetos de lei referentes a despesas se originam na Câmara; portanto a Câmara deve aprovar quaisquer orçamentos que se fizerem necessários para dar apoio à ampliação da OTAN. Mas para que o processo de ratificação seja bem-sucedido, dois terços dos membros do Senado devem aprovar a proposta para incluir a Polônia, a Hungria, e a República Tcheca na OTAN. A seguir apresentamos trechos dos pronunciamentos dos senadores que participaram da primeira série de audiências do comitê de Relações Exteriores do Senado sobre a ampliação da OTAN, durante as quais a secretária de estado Madeleine Albright depôs, no dia 7 de outubro.

SENADOR WILLIAM ROTH (REPUBLICANO, DELAWARE)

Eu estou depondo perante o seu comitê, não apenas como um colega comprometido com a manutenção e o fortalecimento da aliança transatlântica, mas como o presidente da Assembléia do Atlântico Norte e vice-presidente do Grupo de Observadores da OTAN no Senado.

Desde a queda do muro de Berlim, a Assembléia do Atlântico Norte (North Atlantic Assembly (NAA)), representando mais de 40 partidos políticos das 16 nações da OTAN, tem estudado de maneira mais séria e consistente o futuro da OTAN do que qualquer outra organização transatlântica. O Grupo de Observadores da OTAN no Senado, organizado no mês de maio último pelos senadores (Trent) Lott e (Thomas) Daschle, já realizou mais de uma dúzia de reuniões para examinar os desafios e perspectivas da ampliação.

Meu relacionamento com a NAA e com o Grupo de Observadores me convenceu de que a ampliação é necessária e importante não apenas para a aliança, mas também para os Estados Unidos. A ampliação será fácil? Poucas coisas nesse nível de importância são fáceis. Mas valerá a pena? Com toda certeza. Permitam-me explicar os motivos.

Na qualidade de líder da Assembléia do Atlântico

Norte, eu estive em Berlim pouco depois da queda do muro, tendo reuniões com muitos dos jovens líderes democráticos que estavam surgindo na Europa Central. Naquela ocasião eu percebi duas coisas que, estranhamente, se opunham. Primeiro, a Guerra Fria havia terminado e a democracia havia prevalecido. A minha segunda percepção, contudo, foi de que a mudança rumo à democracia, por si só, não garantiria a paz e a estabilidade no continente europeu.

Tendo servido durante a Segunda Guerra Mundial, eu estava dolorosamente ciente da importância da paz e da estabilidade na Europa para os Estados Unidos da América. Eu vejo a ampliação da OTAN como uma oportunidade sem precedentes na história do mundo. Pela primeira vez temos a chance de sermos proativos na formação de uma paisagem estratégica que contribuirá para a paz e a estabilidade na Europa. Não estamos reagindo a uma agressão ou a um desastre; estamos construindo os alicerces de um futuro seguro em uma região de interesse vital para os Estados Unidos.

Há quatro argumentos significativos para esclarecermos porque a ampliação da OTAN é do maior interesse para os Estados Unidos. Primeiro, uma aliança mais ampla é uma aliança mais forte, mais capaz. Uma proposta para que a Polônia, a Hungria e República Tcheca entrem para a OTAN

acrescentará três democracias à aliança, que já demonstraram seu comprometimento com os valores e interesses compartilhados pelos membros da OTAN; direitos humanos, igualdade da justiça em conformidade com a lei, e mercados comuns.

Todas essas nações possuem uma economia crescente e forças armadas sob o controle de civis. É importante observar que todas elas também enviaram tropas para a Operação Tempestade no Deserto, assim como para as nossas missões de manutenção de paz no Haiti e na Bósnia. Sendo a OTAN, antes de mais nada, uma aliança militar, a admissão dessas três democracias permitirá que a aliança cumpra melhor a sua missão básica de defesa coletiva, pois essas três nações acrescentarão 300,000 soldados à OTAN.

Segundo, a ampliação da OTAN eliminará a zona de instabilidade que existe, no momento, na Europa. No decorrer da sua história, a Europa tem sido uma paisagem de muitos pequenos poderes inseguros, poucos grandes poderes imperialistas, e políticas nacionalistas de defesa em demasia, cada um desses fatores criando atrito com os outros. Três vezes, neste século, essa dinâmica arrastou a América para guerras no continente europeu....

A ampliação da OTAN é a maneira mais segura de fazer pela Europa Central e Oriental o que a liderança dos Estados Unidos, por meio da aliança, tem feito, e tão bem, pela Europa Ocidental. Isso inclui promover e institucionalizar a confiança a cooperação, coordenação e as comunicações. Dessa forma, a ampliação da OTAN não é um ato de altruísmo, e sim de interesse próprio.

Terceiro, tendo em mente o argumento acima, o custo da ampliação é insignificante quando comparado com o custo de não se fazer nada. Se a OTAN deixar de cumprir os compromissos assumidos em Madri, a aliança estará renegando os seus objetivos e os ideais que defendeu durante a Guerra Fria. Por quê? Porque a OTAN é muito mais do que uma aliança militar. Ela é, também, uma comunidade de valores. A ampliação não é somente uma oportunidade estratégica; ela é um compromisso moral.

Não podemos ignorar as aspirações válidas das democracias européias que desejam se tornar membros contribuintes da nossa comunidade. Se a expansão não se concretizar, devemos contabilizar o custo dessa atitude quando a desilusão tomar o lugar da esperança na Europa Central e quando o nacionalismo, que teve um renascimento após a Segunda Guerra Mundial, preencher o vácuo de segurança, em uma região que deu origem a duas guerras mundiais.

O custo também deve ser levando em consideração em termos das conseqüências para a Rússia e sua luta rumo à democracia. Se a Europa Central continuar a ser uma zona cinzenta de insegurança, essa condição implica o risco da história de imperialismo na Rússia se tornar uma realidade novamente. A ampliação da OTAN é um complemento crítico, e não ameaçador, para o convite à parceria que o Ocidente e a OTAN fizeram à Rússia. Ela garante um contexto regional no qual uma Rússia democrática terá as melhores possibilidades para um relacionamento normal, de cooperação, com os seus vizinhos europeus.

Em quarto e último lugar, a ampliação da OTAN é fundamental para a evolução da Europa; ela se tornará uma parceira que enfrentará, de maneira mais eficaz, os desafios globais na comunidade transatlântica. Uma Europa unida e em paz é uma Europa que será capaz de ter uma visão mais clara além das suas próprias fronteiras, uma Europa que terá melhores condições de se unir aos Estados Unidos para tratar das questões de segurança global que precisam ser tratadas. Uma parceria com uma Europa unida, e a estrutura da OTAN, testada pelo tempo e pelas tensões, darão aos Estados Unidos as condições de enfrentar de maneira mais eficaz os desafios globais aos seus interesses vitais em uma época na qual os recursos de defesa estão cada vez sujeitos a maiores restrições.

Com esses argumentos, uma coisa fica clara: a melhor chance da América, no que se refere à paz e à estabilidade duradouras na Europa, a nossa melhor chance de ficar fora de uma guerra na Europa, a nossa melhor chance de fortalecer uma parceria com a Europa que já é forte e produtiva, é

promover uma Europa que seja indivisível, livre e segura.

Que organização pode fazer isso melhor do que a aliança do Atlântico Norte, que tem mantido a paz por mais de 50 anos e que continua sem rival no seu potencial de enfrentar os desafios à segurança no futuro?

**SENADOR JOSEPH BIDEN
(DEMOCRATA, DELAWARE)**

Já declarei, muitas vezes, que sou a favor da ampliação da OTAN, tanto no plenário do Senado dos Estados Unidos quanto como em outros ambientes; hoje portanto, vou apenas resumir minha posição no que diz respeito a essa política.

A Europa continua sendo um interesse vital para os Estados Unidos. Fora da América do Norte, nenhuma outra região pode se igualar à Europa, no conjunto do poder político, econômico, militar e cultural, e na importância para aos Estados Unidos. A União Européia, por exemplo, possui uma população um terço superior à nossa, e uma PIB ligeiramente superior ao nosso. Uma grande porcentagem das democracias do mundo está na Europa. Por qualquer padrão geo-político, seria uma catástrofe para os interesses americanos se a instabilidade alterasse a atual situação na Europa.

Finda a Guerra Fria, há novas ameaças à Europa: conflitos religiosos e étnicos; uma nação cruzando as fronteiras de outra... crime internacional e drogas; além disso, devo acrescentar, existe uma possível ameaça, no futuro, às reservas de petróleo no Oriente Médio. Por este motivo, a ampliação está sendo combinada com uma nova doutrina estratégica e uma postura de força que proporciona maior mobilidade e maior capacidade de projeção de força no caso de qualquer uma dessas crises se materializar. No Século XX, os europeus provaram que não são capazes de acertar suas diferenças pacificamente por seus próprios meios. Na minha opinião, os Estados Unidos devem continuar a liderar a nova arquitetura de segurança daquele continente. Se não fizermos isso, não sei quem o fará.

Nesse contexto, a admissão da Polônia, da República Tcheca e da Hungria na OTAN ampliará a zona de segurança até a Europa Central. Se isso não for feito, estaremos deixando uma zona cinzenta, de insegurança, em toda aquela região. A questão, eu insisto em dizer, não é se devemos ampliar a OTAN ou se ela deve permanecer como está. A atual situação, Senhora Secretária, na minha opinião, não é uma opção. Se a ampliação não ocorresse, os países entre a Alemanha e a Rússia, inevitavelmente, procurariam outros meios de se proteger, criando alianças bilaterais ou multilaterais como fizeram na década de 30, com — segundo minhas previsões — resultados similares.

Há também uma poderosa questão moral que favorece a ampliação: O cumprimento de nossa promessa às antigas nações cativas, fazendo com que as mesmas voltem a pertencer ao bloco ocidental — tanto a OTAN quanto a UE, quando eu digo “bloco ocidental” — porque os europeus, na minha opinião, também têm que assumir essa responsabilidade. Quando as nações estiverem inteiramente qualificadas para se unirem a essas duas organizações, sua segurança estará inteiramente assegurada. As negociações finais deste outono, referentes à admissão, entre a OTAN e cada um dos três países candidatos — Polônia, República Tcheca, e Hungria — revelarão se cada um deles está à altura das rigorosas qualificações da aliança, e tendo como base minhas observações e minhas viagens, eu acredito que elas estão.

A ampliação não precisa prejudicar as nossas relações com a Rússia. Devemos reforçar nossas ligações políticas e econômicas com aquele país, na minha opinião, e o Documento Constitutivo OTAN-Rússia de Maio de 1997 é um passo significativo na direção certa; e os acordos da Parceria Para a Paz são igualmente importantes.

Sr. Presidente, na minha opinião, duas importantes questões devem ser resolvidas antes de o Senado deliberar sobre a ratificação. Uma delas é diretamente relacionada, a outra nem tanto — mas ambas são importantes: a Bósnia e a divisão das despesas. Se a Bósnia for um protótipo de crise européia do Século XXI, nas próximas semanas,

quero dizer semanas mesmo, é melhor que os Estados Unidos e seus aliados da OTAN desenvolvam um cenário viável pós-SFOR (Força de Estabilização da Bósnia).

Da mesma forma, embora os Estados Unidos devam continuar a desempenhar o seu papel de liderança na OTAN, nossos parceiros canadenses e europeus da aliança da OTAN devem concordar, como o senhor indicou, em dar um passo à frente e assumir a parcela justa que lhes cabe, dos custos da ampliação.

O estudo definitivo sobre o custo da OTAN será divulgado em Dezembro. Antecipando-se à divulgação do relatório, este comitê promoverá a sua terceira audiência sobre a ampliação da OTAN em 22 de outubro. Examinaremos os itens referentes ao custo e à divisão das responsabilidades, e portanto não falarei muito sobre isso hoje.

Acredito que a admissão da Polônia, da República Tcheca, e da Hungria, pela OTAN — se esses países estiverem em conformidade com os requisitos, e eles parecem estar — interessa, e muito, aos Estados Unidos da América, em termos de segurança. Acredito que se não fizéssemos isso estaríamos ampliando uma área de instabilidade, e não de estabilidade.

Por um lado, a única coisa que parece estar causando uma impressão mais forte, no momento, na visão de muitos colegas e do público americano, é o compromisso moral; o fato é que a Polônia, e mais particularmente, a Hungria e a República Tcheca, foram deixadas do lado de lá da cortina. A cortina já não está mais lá, e está na hora de deixar esses países passarem para cá... do bloco oriental para o bloco ocidental. Mas há muito pouco...consenso sobre a razão pela qual os Estados Unidos tem interesse em fazer isso. Poucas pessoas acreditam que o acréscimo — por mais corajosos e valentes que eles possam ser — dos exércitos da Polônia, da Hungria e da República Tcheca — poderá contribuir para que elas possam dormir com mais segurança em Peoria do que dormem hoje.

Neste momento...se vocês perguntassem ao povo americano se ele acha que a OTAN é necessária, se ele acha uma boa idéia gastar 120 bilhões de dólares por ano...eu desconfio que eles diriam a mesma coisa que eu ouço os meus colegas dizerem. Por que a Europa não pode cuidar disso? Por que não podemos deixá-los em paz? Se expandirmos, a aliança perderá a sua vitalidade — como disse um dos líderes do Comitê das Forças Armadas em um debate entre ele e eu neste recinto: não se mexe em time que está ganhando. Se vocês expandirem a aliança, vocês só conseguirão diminuir o consenso. Já foi difícil fazer...com que 16 nações estivessem de acordo; admitam outras três ou mais e vai ficar muito mais difícil conseguir consenso. Vocês vão fazer o que foi feito 300 anos atrás na Polônia quando os príncipes se reuniam e cada um tinha o direito de veto; vocês vão deixar a aliança ruir.

Esses são os argumentos que eu ouço. Mas no fundo trata-se disso: “Olhe, Europa, “como diz um dos meus colegas, “dos seis maiores exércitos no mundo, cinco estão na Ásia. O futuro de nossa economia está na Ásia. Temos uma quantidade enorme de recursos investidos na Europa. Por que estamos fazendo isso?”

Afinal, na minha opinião, temos que responder à seguinte pergunta...Por que os europeus não podem tomar conta de si mesmos: O PIB (Produto Interno Bruto) da Europa é maior do que o nosso. A população da Europa é maior do que a nossa. E como meu pai me disse, em um contexto diferente, quando estávamos discutindo: desde a época em que o exército romano invadiu a Europa e derrotou os pagãos, nenhum exército de ocupação permaneceu em um lugar por tanto tempo quanto tivemos que ficar na Europa. Por quê?

Acredito que a senhora e o presidente, particularmente, terão que levar essa argumentação ao povo, para explicar essa questão. Por que será que a Europa não pode cuidar disso sozinha? Por que temos que nos envolver?

**SENADOR JOHN WARNER
(REPUBLICANO, VIRGINIA)**

Eu me oponho veementemente a este programa.

Primeiro uma resposta rápida a — [o que] acontecerá se a Rússia for admitida: eu digo que isso seria o fim da OTAN, porque um dos principais objetivos da OTAN deixaria de existir. Seria o fim porque quando eu entrei para o Senado, 19 anos atrás, nos primeiros cinco anos este grupo de autoridades liderou a defesa contra a saída da OTAN, contra a retirada das nossas tropas, usando como base tanto a questão econômica quanto outros argumentos...

Mas a minha preocupação ...é relacionada com a outra ameaça com a qual se defrontam todas as novas nações que desejam ser admitidas; hoje elas estão lutando de maneira pacífica e leal pela sobrevivência econômica, e conferindo o status de membros da OTAN aos três países, os outros três (Romênia, Eslovênia, e o Báltico), na minha humilde opinião, ficarão em grande desvantagem, sob dois aspectos.

Primeiro, eles (Polônia, Hungria, República Tcheca) podem fazer anúncios para atrair capital estrangeiro, “Venha investir aqui, porque você estará mais seguro, porque a OTAN está aqui” — mais ou menos como é o caso da Federal Deposit Insurance Corporation, quando você faz um depósito na sua conta no banco.

Segundo, essas nações não terão que preparar suas próprias defesas, pois elas farão parte da OTAN. E eu já discuti isso com os embaixadores, e os ministros das relações exteriores, e os ministros da defesa desses países; eles admitem, prontamente, que o nosso custo para montar uma defesa nesse nível, nós achamos, e a segurança que é necessária, será um terço ou talvez a metade do que as nações que não foram admitidas terão que gastar. E para mim, tudo isso indica que você começará a estimular a discórdia. E como sabemos atualmente, uma parte da segurança do mundo, uma parte cada vez maior é ameaçada [está sendo ameaçada] por disputas étnicas, disputas de fronteira, disputas

religiosas. E você acrescenta — à luta que eles enfrentam, atualmente, pela sobrevivência econômica, competição econômica, o status da OTAN e um custo menor para a sua defesa, e eu acho que você está semeando a discórdia entre esses países.

**SENADOR PAUL WELLSTONE
(DEMOCRATA, MINNESOTA)**

Sobre esta questão (expansão da OTAN), eu realmente estou indeciso.

Isto é o que eu não consigo entender: se estamos falando sobre a importância de melhorar as economias e a democratização de países como a Hungria, e a República Tcheca, e a Polônia, existe a União Européia. Eu não sei como uma aliança militar realmente trata desses assuntos. A pergunta é, para onde estamos indo? Quero dizer, temos que olhar para o futuro. Se, por exemplo, estamos dizendo que isto não é o fim, que os países do Báltico e a Ucrânia são bem-vindos, quais seriam, então, as conseqüências coma Rússia?

E acho que tudo isso me leva a uma pergunta, e talvez esse seja o meu jeito, como alguém que está tentando compreender esses assuntos, de chegar mais perto do que eu acho que deve ser a posição certa para eu assumir como senador. Você disse que se os países satisfizerem esses critérios, critérios democráticos, eles são bem-vindos. Se a Rússia satisfizesse esses critérios, ela seria bem-vinda à OTAN?

Porque estaríamos tentando expandir uma aliança militar que construímos em oposição a uma União Soviética que já não existe mais? Não é tanto uma questão de nossa política ser norteadada necessariamente por uma “paranóia da Rússia”; é uma questão de, quando olhamos para o futuro, discutirmos se isso pode ou não, de fato, facilitar a existência da própria instabilidade que seria tão perigosa para o mundo em que vivemos. É uma questão muito legítima, e importante, e acho que teremos que discutir mais sobre ela.

Portanto [há] uma série de perguntas: Por que estamos fazendo isso: Qual é a ameaça militar? De

que forma a aliança militar expande a economia e a democracia? Quais são as conseqüências com a Rússia? Não é verdade que as forças democráticas na Rússia são as que sofrem mais oposição? E finalmente, seria possível admitir a Rússia em uma OTAN expandida?

No que diz respeito ao custo, eu acho que é uma questão muito importante para o nosso país. Acho que todos concordamos que se, de fato, algumas das estimativas de custo subestimam, e muito, o que teremos que enfrentar, ou que os países europeus não vão pagar, então, essa questão se tornará, na minha opinião, uma grande preocupação para o nosso país.

**SENADOR RICHARD LUGAR
(REPUBLICANO, INDIANA)**

No meu julgamento, o debate da expansão da OTAN até agora ignorou, em grande parte, a questão central da finalidade básica da OTAN. O debate da ratificação, pelo Senado, dos novos membros da aliança, deveria começar com essa questão...

Muitos de nós, no Congresso e no governo, temos trabalhado arduamente para garantir a ratificação da admissão Polônia, da Hungria e da República Tcheca — e talvez estejamos ocupados demais para definir a finalidade da OTAN. Mas as questões associadas à finalidade e à divisão das responsabilidades surgirão durante o processo de ratificação. As respostas serão essenciais para a ratificação, e também para o futuro da OTAN.

Primeiro, a ausência de uma finalidade claramente definida e compreendida pode complicar a implementação da expansão, dando a impressão de que a missão exclusiva da aliança é defender os seus membros contra alguma ameaça futura, mas ainda inadequadamente definida, vinda do Leste. Essa preocupação, embora não seja insignificante, poderia, por sua vez, dirigir a atenção das forças armadas aliadas para o problema errado, particularmente se as ameaças estratégicas significativas para os Estados Unidos e seus aliados estiverem em outras partes.

Segundo, o ato da ampliação está se confundindo com a razão de ser da aliança. E a questão dos futuros membros adicionais pode causar maiores atrasos no trato da finalidade precípua da OTAN, ou sofrer atraso devido à definição inadequada das missões básicas da aliança.

Terceiro, o planejamento das forças, objetivos e programas da aliança deve ser baseado em uma estratégia militar, a qual, por sua vez, deve ser norteada por um objetivo estratégico. Os gastos adequados com defesa, e a modernização e a reestruturação de forças obsoletas não ocorrerão se não houver um objetivo estratégico.

Quarto, a estratégia e a tecnologia dos Estados Unidos se baseiam em prioridades globais, ao passo que as forças europeias são orientadas para a defesa territorial e são, portanto, em grande parte, irrelevantes para as prioridades dos Estados Unidos. A recente Revisão Quadrienal de Defesa (QDR) não leva em consideração, de maneira substancial, a OTAN, a Europa, ou os aliados, na estratégia e requisitos globais dos Estados Unidos. Resumindo, a julgar pela QDR, a aliança principal da América não está confrontando os principais problemas de segurança dos Estados Unidos. Apesar da ênfase da aliança na defesa do território dos seus membros, em conformidade com o Artigo 5 do Tratado de Washington, e os tipos de operações de paz e gerenciamento de crise, em conformidade com o Artigo 4, a OTAN precisa de uma direção estratégica. Isso deve ser feito antes de ou paralelamente a decisões adicionais sobre forças, comando, estrutura, e membros.

Explicando de maneira super simplificada, acredito que há pelo menos duas alternativas estratégicas que poderiam orientar a finalidade básica da aliança. A primeira é a OTAN garantir a segurança europeia; e assim, a missão da OTAN se identifica com uma missão europeia e deve se encaixar com o perigo da Europa.

A segunda é a OTAN servir como o veículo pelo qual os americanos e europeus protegem seus interesses comuns — sempre que eles forem desafiados. Embora ela seja subordinada à

primeira, ela também sugere que a aliança pode e deve confrontar as crescentes ameaças aos interesses dos membros fora da Europa.

A geografia é o principal critério da primeira estratégia; os interesses são o que importa na segunda...

Qual é a posição do governo na definição das nossas alternativas estratégicas, e que direção estratégica ou norma de conduta ele promoverá dentro da aliança? ©

O IMPACTO DA OTAN SOBRE AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS E ECONÔMICAS

Joshua Muravchik

Membro do corpo docente do American Enterprise Institute

Observando que os membros da OTAN desfrutam de liberdade, prosperidade, e segurança, Muravchik argumenta que a OTAN “está em condições de estabelecer normas que podem ter profundo impacto” sobre os novos membros e sobre outras nações que queiram se tornar membros. “Embora as obrigações de defesa mútua da OTAN estejam no cerne da aliança e lhe proporcionem respeitabilidade e prestígio, “ ele afirma, “esse efeito psicológico sobre a evolução política e econômica da Europa pode acabar se tornando a sua função mais importante.” Muravchik é membro do corpo docente do American Enterprise Institute e é também professor adjunto no Washington Institute on Near East Policy (Instituto de Política do Oriente Próximo, de Washington); ele tem uma função similar no Institute of World Politics (Instituto de Política Mundial). Além disso, ele faz parte dos conselhos editoriais de "World Affairs" (Questões Mundiais), do "Journal of Democracy," (Revista da Democracia), e "Orbis".

Quando o Senado dos Estados Unidos, em 1949, ratificou o Tratado do Atlântico Norte, documento por meio do qual a OTAN foi criada, o debate se concentrou, em grande parte, na fraqueza militar dos aliados em potencial da América.

Os estados europeus mal haviam começado a se recuperar da devastação causada pela Segunda Guerra Mundial. Eles tinham pouca coisa a oferecer, no que se referia à tarefa de defesa mútua, a não ser que os Estados Unidos se responsabilizasse pela despesa de rearmá-los — o que muitos senadores — que na época estavam preocupados com o orçamento, o que acontece hoje também — não queriam assumir. As respostas a essas preocupações foram apresentadas de maneira extremamente eficaz pelo famoso estrategista militar Bernard Brodie, em um artigo que se parece muito com o debate atual sobre a expansão da OTAN.

Na edição de dezembro de 1949 de “Yale Review”, Brodie reconhecia que “a curto prazo o Pacto do Atlântico Norte representa um risco para nós, sob o ponto de vista militar e de recursos. No momento não há força na Europa Ocidental que seja capaz de enfrentar os exércitos soviéticos.” Sob o ponto de vista militar, ele reconhecia que “houve um certo abandono generoso na maneira pela qual

convidamos nações para participar do grupo, com pouca consideração pelo seu tamanho, ou poder, ou condição de risco.” No entanto, ele considerava o pacto um bom negócio para os Estados Unidos por que “as considerações militares eram de importância secundária.”

Como isso era possível? O pacto foi inspirado na ameaça da agressão soviética. Brodie levava essa ameaça a sério, mas argumentava que “as formas não militares de agressão,” em outras palavras, a subversão, eram os meios mais prováveis pelos quais o império soviético poderia se expandir na Europa Ocidental. A chave para impedir a penetração soviética, em qualquer forma em que ela se apresentasse, era a reconstrução das sociedades da Europa Ocidental. “Na medida em que o pacto auxiliar e estimular a recuperação da Europa “ dizia Brodie, as maquinções soviéticas “ não mais representarão ameaça alguma”. Portanto, ela argumentava, “o valor do pacto para os Estados Unidos era político, e não militar...pois somente pela promessa de segurança inerente a ele os estados da Europa Ocidental poderiam fazer os esforços necessários à sua salvação social, política, e econômica.”

A análise de Brodie foi profética. Sob a proteção da OTAN, as economias da Europa Ocidental foram

reconstruídas, assim como os órgãos da sociedade civil e os partidos políticos estáveis. Naturalmente, a OTAN foi somente um fator entre os que contribuíram para o renascimento econômico da Europa; o Plano Marshall contribuiu de maneira mais direta. No decorrer de quatro anos, os Estados Unidos doou aproximadamente US\$13 bilhões em ajuda ao projeto, para incentivar a recuperação econômica após a Segunda Guerra Mundial em certos países europeus. A contribuição dos Estados Unidos seria equivalente a 88 bilhões de dólares atualmente. Embora essa soma tenha sido substancial, a maioria dos historiadores econômicos acredita que os seus resultados diretos foram menos importantes do que o seu impacto psicológico. Em conjunto, a esperança tornada possível pelo Plano Marshall e a segurança proporcionada pela OTAN criaram um clima que energizou os europeus para que os mesmos trabalhassem, economizassem, e investissem até criarem para si mesmos uma prosperidade que nunca haviam experimentado anteriormente.

A América deu muito à Europa, tanto em ajuda econômica quanto em proteção militar, mas também recebeu muito, como retribuição, embora muitas vezes isso não tenha sido percebido pelos americanos. À medida que a Europa prosperava, alguns americanos começaram a considerar a Europa um concorrente, e não um parceiro. Mas essa visão é fruto de uma mentalidade medíocre. Embora empresas européias tenham competido com empresas americanas, a renovada afluência da Europa proporcionou mercados, bens, e capital que alimentou o próprio crescimento econômico contínuo da América.

A recuperação econômica da Europa passou a ser conhecida como um “milagre”, mas a sua recuperação política foi ainda mais notável. Hoje, a maioria dos americanos, e talvez a maioria dos europeus, acha natural que haja democracia na Europa Ocidental. Mas antes da Segunda Guerra Mundial, a democracia era uma frágil flor no continente europeu. Na maioria dos países, ela havia sido estabelecida com clareza pouco antes ou pouco depois da Primeira Guerra Mundial, e em seguida havia cedido o seu lugar à ditadura durante

as tempestuosas décadas e 30 e 40. Como resultado disso, os observadores mais bem informados passaram a ter sérias dúvidas em relação às perspectivas da democracia fora do âmbito da cultura anglo-saxônica. Essas dúvidas eram muito parecidas com as que se ouve atualmente sobre a democracia nos países em desenvolvimento. Talvez as dúvidas atuais sejam tão infundadas quanto as daquela época.

O grande historiador Arnold Toynbee escreveu, na década de 30, que o repúdio, pela Itália, da “democracia (da maneira pela qual nós usamos, convencionalmente, o termo) fez com que todos questionassem se essa planta política pode, realmente, criar raízes permanentes em qualquer lugar que não seja o seu solo nativo.” Uma década mais tarde, o escritor e professor universitário Waldo Frank escreveu em “Foreign Affairs” que “a ameaça [à democracia] sobreviverá a Hitler, pois o fascismo propriamente dito é apenas um produto final das forças antidemocráticas profundamente enraizadas na própria textura do pensamento europeu moderno.” E, em 1952, quando a ocupação aliada da Alemanha terminou, o eminente cientista político Heinz Eulau retornou à sua terra natal e relatou, em um tom pessimista: “De tantas maneiras — apesar do ambiente modificado e do molde diferente — a República de Bonn parece uma reprise de Weimar...a política alemã...se baseia não na experiência democrática, mas em um profundo emocionalismo.”

Esses receios não se materializaram. Ao contrário do que ocorreu no período após a Primeira Guerra Mundial, nas décadas após a Segunda Guerra Mundial, as raízes da democracia se tornaram cada vez mais profundas em toda a Europa Ocidental. Muitos fatores contribuíram para o sucesso político, e a forte influência da OTAN desempenhou um importante papel nesse situação.

A segurança que a OTAN proporcionou foi, em si, um fator, pois o medo das ameaças externas freqüentemente serve de pretexto para que os ditadores em potencial assumam o poder. Além disso, a OTAN criou um espírito de comunidade entre os estados do Atlântico Norte, no qual

muitos países, que no passado haviam sido inimigos ferrenhos, se tornaram parceiros. A OTAN não foi a única força que uniu os estados do Atlântico Norte. Havia também o comércio e o turismo, e havia outras instituições. Mas a promessa da defesa mútua, o compromisso que cada um tinha de morrer pelo seu parceiro, formou o núcleo do relacionamento.

Este relacionamento foi motivado, em parte, pelos receios comuns, mas também por uma ética democrática comum, como se pode ver pelas palavras iniciais do tratado do Atlântico Norte: “Os signatários...estão determinados a salvaguardar a liberdade, a herança cultural comum, e a civilização dos seus povos, tendo como base os princípios da democracia, da liberdade individual, e do cumprimento da lei.”

A aliança também proporcionou uma estrutura que contribuiu para a socialização dos líderes militares da era posterior à Segunda Guerra Mundial. Isso incluiu a fixação de uma forte crença na supremacia civil. Enquanto, nas décadas de 20 e 30, a derrocada da democracia em muitos países europeus ocorreu devido às ações de oficiais das forças armadas, tais episódios têm sido raros nos países da OTAN. A exceção mais dramática ocorreu na Grécia, onde um golpe militar em 1967 resultou na ausência da democracia durante sete anos. Na Turquia, os militares depuseram governos escolhidos democraticamente em várias ocasiões; no entanto, em todos os casos, as rédeas do poder voltaram às mãos dos civis dentro de um prazo de aproximadamente um ano. Essas ocorrências mostram que a influência da OTAN em nome do poder civil não é toda-poderosa, mas considerando as fissuras nas estruturas políticas da Grécia e da Turquia, parece justo indagarmos de os desvios da democracia nesses países não poderiam ter durado muito mais se eles não fizessem parte da integrante OTAN.

Portugal apresenta uma história similar pela ambigüidade. Apesar da sua ditadura

corporativista, o país foi incluído na lista dos membros originais da OTAN por causa da importância estratégica percebida dos Açores. Vinte e cinco anos depois a sua ditadura foi derrubada e a democracia foi restaurada, em uma seqüência de acontecimentos na qual os oficiais das forças armadas e os aliados de Portugal, da OTAN desempenharam papéis fundamentais. Hoje, a ampliação da OTAN é freqüentemente apresentada como a extensão de um guarda-chuva de segurança à Europa Central, mas como Brodie previu com o grupo original de membros da OTAN, a segurança pode ser menos uma questão de defesa contra ameaças militares do que uma garantia de estabilidade, fortalecendo as instituições democráticas e proporcionando a confiança que leva ao crescimento econômico.

Os oficiais das forças armadas dos países admitidos pela OTAN, e até mesmo aqueles que somente estão na Parceria Para a Paz, receberão uma boa parte do seu treinamento dos seus colegas americanos e europeus ocidentais. Nesse processo, eles absorverão uma forte mensagem de controle civil. E essa influência não será sentida apenas entre os militares. Entrar para a OTAN significa fazer parte do Ocidente, ao qual os são ainda mais intrínsecos do que o McDonald's e a MTV.

A OTAN é um clube de prestígio. Seus membros têm o que todos querem: liberdade, prosperidade, e segurança. Nesse contexto, ela está em condições de estabelecer normas que podem causar um forte impacto nos os novos membros e nos outros estados que desejam se tornar membros ou até mesmo naqueles que só querem ter um bom relacionamento com os membros do clube. Embora as obrigações de defesa mútua da OTAN estejam no cerne da aliança e lhe proporcionem respeitabilidade e prestígio, esse efeito psicológico sobre a evolução política e econômica da Europa pode acabar se tornando a sua função mais importante.



O QUE AS PESQUISAS DE OPINIÃO REVELAM: AS ATITUDES DO PÚBLICO NORTE-AMERICANO EM RELAÇÃO À AMPLIAÇÃO DA OTAN

Alvin Richman, Especialista sênior em pesquisa,

*Escritório de Pesquisa e Reação dos Meios de Comunicação, Agência de Informação dos Estados Unidos
(Office of Research and Media Reaction, U.S. Information Agency)*

Pesquisas recentes mostram que uma pequena maioria de americanos apoiam a ampliação da OTAN, incluindo a Polônia, a Hungria, e a República Tcheca. No entanto, as opiniões a respeito da OTAN podem mudar à medida que os debates progredirem, pois somente um quinto do público declarou estar acompanhando passa a passo as notícias sobre essa questão.

Apresentamos a seguir as principais conclusões:

- Os americanos estão divididos, de maneira marcante, pelo nível de escolaridade, quando se trata do assunto da ampliação da OTAN: aproximadamente três quartos das pessoas que têm diploma universitário aprovam a ampliação; em comparação, pouco mais da metade dos que não possuem formação superior aprovam a ampliação. Até agora, tem-se verificado pouca diferença entre os democratas e os republicanos no tocante à questão da expansão da OTAN.
- Três quartos dos “formadores de opinião” dos Estados Unidos (média em dez grupos de liderança) aprova a expansão da OTAN.
- O argumento de que a OTAN é necessária para deter a Rússia não convence tanto os americanos quanto o argumento de que uma OTAN ampliada, incorporando mais forças, conseguirá lidar de maneira mais eficaz com várias ameaças globais contra, e disputas entre, membros da OTAN.

UM QUINTO DA POPULAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS, NO MOMENTO, ESTÁ ACOMPANHANDO O CASO DE PERTO

As pesquisas do Pew Research Center desde janeiro próximo passado têm demonstrado, repetidas vezes, que somente um quinto, aproximadamente, da população dos Estados Unidos está acompanhando de perto as notícias a respeito da ampliação da OTAN e a incorporação da Polônia, da Hungria e da República Tcheca. Em agosto, seis por cento disseram estar acompanhando essa questão “com muita atenção” e 16 por cento disseram estar acompanhando o caso “com razoável interesse”. Quase quatro quintos disseram estar acompanhando os acontecimentos, mas “não com muita atenção” (31 por cento) ou “sem prestar atenção nenhuma” (46 por cento).

A ampliação da OTAN chamou menos atenção do que qualquer uma das oito notícias testadas em agosto pelo Pew Research Center: Três quintos dos entrevistados disseram que estavam acompanhando “com atenção” as notícias a respeito da exploração do planeta Marte (58 por cento “com muita atenção” ou “com razoável atenção”), e dois quintos ou mais disseram que estavam prestando igual atenção ao debate a respeito do orçamento federal (48 por cento), à “reunificação de Hong Kong e China” (48 por cento) e ao mais recente atentado suicida a bomba em Jerusalém (40 por cento).

PESQUISAS RECENTES SOBRE A AMPLIAÇÃO DA OTAN

Em duas pesquisas recentes, foram feitas perguntas a respeito de questões diferentes referentes à ampliação da OTAN; elas obtiveram maiorias comparáveis, que apoiam a idéia. O Pew Research Center, em uma pesquisa efetuada de 4 a 11 de setembro, perguntou, “De modo geral, você é contra ou a favor da expansão da OTAN, incluindo a Polônia, a República Tcheca, e a Hungria?” Sessenta e três por cento aprovaram, e 18 por cento não aprovaram.

O Gallup/USA Today, em uma pesquisa efetuada de 22 a 25 de agosto, mencionou as obrigações coletivas de defesa dos membros da OTAN e perguntou especificamente a respeito da admissão da Polônia, da Hungria, e da República Tcheca pela OTAN. O apoio à admissão desses países variou de metade dos entrevistados, para a República Tcheca (51 por cento a favor e 31 contra) a quase dois terços no caso da admissão da Polônia (64 por cento a favor e 19 por cento contra). O apoio à admissão da Hungria apresentou os seguintes números: 58 por cento a favor e 22 por cento contra.

Grupos da População — As pesquisas do Pew Research Center do Gallup/USA Today revelaram que os americanos diferem de maneira mais marcante sobre a questão da ampliação da OTAN, de acordo com o nível de escolaridade: Três quartos das pessoas com formação superior entrevistadas pelo Pew Research Center aprovam a ampliação da OTAN (77 por cento a favor e 12 por cento contra); em comparação, 57 por cento dos entrevistados que não têm formação superior se manifestaram a favor da ampliação da OTAN. As pesquisas, tanto do Pew Research Center quanto do Gallup/USA Today revelaram pouca diferença entre democratas e republicanos no que se refere ao apoio à ampliação da OTAN.

Formadores de Opinião dos Estados Unidos — O Pew Research Center, em uma pesquisa efetuada

no verão de 1997, apresentou a mesma pergunta sobre a ampliação da OTAN a uma amostragem composta de dez grupos diferentes de “americanos influentes”. Esses grupos incluíam funcionários de alto nível, de governos estaduais e municipais, assim como líderes no setor privado, representando a indústria, a política externa, a comunidade científica, a engenharia, os meios de comunicação, organizações religiosas e outras. Em média, 76 por cento se manifestaram a favor e 21 por cento se manifestaram contra a ampliação da OTAN incorporando a Polônia, a República Tcheca e a Hungria. Respondendo a uma outra pergunta, 66 por cento dos formadores de opinião se manifestaram a favor e 26 por cento se manifestaram contra “uma segunda rodada” na ampliação da OTAN no futuro.

ARGUMENTOS CONTRA E A FAVOR DA AMPLIAÇÃO DA OTAN

As pesquisas anteriores têm demonstrado que o apoio dos americanos à OTAN resulta menos da percepção de uma ameaça externa (soviética/russa) do que de um desejo de manter estreitas relações entre os Estados Unidos e a Europa. Em uma pesquisa efetuada em setembro de 1996 pelo Programa Sobre Atitudes Políticas Internacionais (Program on International Policy Attitudes (PIPA)), alguns argumentos contra e a favor da ampliação da OTAN foram apresentados, e os entrevistados deveriam dizer se cada argumento era “convincente” ou “não convincente”.

Os argumentos mais fortes a favor da ampliação da OTAN eram aqueles que enfatizavam uma estrutura de segurança altamente abrangente, incorporando os Estados Unidos e a Europa. Setenta e cinco por cento do público — o maior consenso obtido em qualquer um dos argumentos da pesquisa — acharam o argumento a seguir “convincente”: “É melhor incluir os países da Europa Oriental na OTAN do que excluí-los, porque é mais provável que haja paz se todos nós nos comunicarmos e trabalharmos juntos.” Aproximadamente dois terços do público acharam

“convicente” o argumento de que as ampliações da OTAN criariam uma aliança que ficaria em uma “posição melhor para resolver conflitos” entre os países da Europa Oriental que não estiverem incluídos na OTAN.

O argumento mais popular contra a ampliação da OTAN (62 por cento o consideraram “convicente”) também se baseava no tema da abrangência. O argumento era o seguinte: “Em vez de expandir a OTAN, deveria ser desenvolvida alguma coisa nova que incluísse a Rússia, ao invés de tratar a Rússia como um inimigo.”

Cinquenta e sete por cento dos entrevistados consideraram “convicente” o argumento de que a ampliação da OTAN aumentaria a “carga” dos Estados Unidos, “pois aumentaria o número de países que os Estados Unidos teriam que defender”. No entanto, 61 por cento dos entrevistados consideraram “convicente” o argumento de que a ampliação da OTAN reduziria

a “carga” dos Estados Unidos, “aumentando o número de países que poderiam ajudar nas missões da OTAN.”

Os argumentos menos persuasivos — a favor ou contra a ampliação da OTAN — eram aqueles que se concentravam na Rússia. Menos da metade das pessoas que responderam à pesquisa (45 por cento) consideraram “convicente” o argumento de que a ampliação da OTAN ajudaria a impedir a Rússia de ameaçar os países da Europa Oriental que seriam admitidos na OTAN. Ao mesmo tempo, menos da metade (41 por cento) achou “convicente” o argumento de que a ampliação da OTAN provocaria, desnecessariamente a Rússia e “traria de volta as tensões da Guerra Fria.” E somente 35 por cento acharam “convicente” o argumento segundo o qual nem a OTAN atual nem uma OTAN ampliada é necessária porque “a Rússia, no momento não representa uma ameaça significativa.”



Crescimento da OTAN: O Ponto de Vista Americano
AVISO SOBRE ARTIGOS

Barry, Charles L. CREATING A EUROPEAN SECURITY AND DEFENSE IDENTITY (Joint Force Quarterly, no. 15, Spring 1997, pp. 62-69)
(CRIANDO UMA IDENTIDADE EUROPÉIA DE SEGURANÇA E DEFESA)

A Identidade Européia de Segurança e Defesa (ESDI) (European Security and Defense Identity), um conceito para uma força armada européia unificada, é “uma iniciativa que deve ser estimulada, “ diz o Tenente-Coronel Barry, da Reserva do Exército dos Estados Unidos. No entanto, a ESDI anda precisa superar muitos obstáculos para provar a sua capacidade e confiabilidade, ele diz. “Os Estados Unidos querem que a Europa comece a responder militarmente às crises,“ ele argumenta, e uma ESDI bem sucedida poderia significar que a Europa seria capaz de assumir um papel ativo com os Estados Unidos quando fosse preciso responder a crises fora da Europa.

Cragg, Anthony. INTERNAL ADAPTATION: RESHAPING NATO FOR THE CHALLENGES OF TOMORROW (NATO Review, vol. 45, no. 4, July/August 1997, pp. 30-35)
(ADAPTAÇÃO INTERNA: DANDO NOVA FORMA À OTAN PARA OS DESAFIOS DE AMANHÃ)

As novas missões de manutenção da paz e gerenciamento de crise, da OTAN, além da oportunidade de construir uma nova arquitetura de segurança na Europa, fizeram com que fosse necessário mudar a estrutura da aliança, diz Cragg, secretário geral assistente da OTAN para planejamento e operações de defesa. Ele argumenta que a aliança, agora, “está bem posicionada para responder de maneira integral e eficaz aos desafios do novo século”.

Kitfield, James. A LARGER NATO MEANS BIGGER HEADACHES? (National Journal, no. 29, July 19, 1997, pp. 1467-1469)
(UMA OTAN MAIOR SIGNIFICA MAIS PROBLEMAS?)

Kitfield sugere que as questões relacionadas à divisão das responsabilidades, no debate sobre a ampliação da OTAN, “já estão tomando forma como possíveis obstáculos à aprovação do Senado no próximo ano.” O autor argumenta que a extensão da OTAN rumo leste preencherá uma vácuo estratégico existente e fortalecerá as democracias recém surgidas na Europa Central. Kitfield também prediz que a aliança pode ficar preocupada, durante anos, com a discórdia a respeito do crescimento futuro da OTAN.

Pipes, Richard. IS RUSSIA STILL AN ENEMY? (Foreign Affairs, vol.76, no.5, September/October, 1997, pp. 65-78)
(A RÚSSIA AINDA É UM INIMIGO?)

Os líderes ocidentais devem pensar se, ao ampliar a OTAN na Europa Oriental, vale a pena contrariar a maior parte dos russos politicamente ativos, que vêem essa atitude como uma exclusão permanente do seu país da Europa, diz o autor, que é professor emérito de história da Universidade de Harvard (Harvard University). A “ambigüidade” de uma “zona cinzenta” entre a Rússia e os atuais membros da OTAN, ele diz, ajudaria, de fato, a convencer a Rússia de que mesmo sem fazer parte da Europa, sob o ponto de vista político e militar, ela também não está categoricamente excluída. Pipes avisa que é preciso ter “muita paciência e empatia” para lidar com o incerto progresso da Rússia rumo à democracia, e que “a incapacidade de demonstrar essas qualidades somente ajuda as forças anti-ocidentais”.

Rose, Richard. TEDDY BEARS: THE RUSSIAN PEOPLE ARE IN NO MOOD FOR CONFLICT, WHICH OUGHT TO EASE NATO EXPANSION (National Review, vol. 49, no. 16, September 1, 1997, pp. 44-45)
(URSOS DE PELÚCIA: O POVO RUSSO NÃO QUER UMA GUERRA; ISSO DEVE FACILITAR A EXPANSÃO DA OTAN)

Os resultados de uma pesquisa de opinião pública entre os russos reforça a impressão de que eles querem a paz, diz Rose. ele argumenta que, na atual conjuntura, o povo russo está mais preocupado com problemas internos do que com o seu papel atual na arena internacional. "As verdadeiras ameaças à segurança dos russos estão dentro do seu próprio país," ele diz. "O crime nas ruas, e a corrupção endêmica" por partes dos altos funcionários públicos e empresários desmoralizaram os russos, Rose escreve. ©

*As observações acima são parte de um Aviso Sobre Artigos, mais completo, que aparece na home page do Serviço de Informações dos Estados Unidos:
<http://www.usia.gov/admin/001/wwwbapub.html>*

Crescimento da OTAN: O Ponto de Vista Americano
BIBLIOGRAFIA

Asmus, Ronald D.; Kugler, Richard L.; Larrabee, F. Stephen. WHAT WILL NATO ENLARGEMENT COST? (Survival, vol. 38, no. 3, Autumn 1996, pp. 5-26) Reprinted by Rand in 1997 as RP-622. (QUAL SERÁ O CUSTO DA AMPLIAÇÃO DA OTAN?)

Barry, Charles. REFORGING THE TRANS-ATLANTIC RELATIONSHIP. Washington: National Defense University, 1996. 208p. (FORMANDO UM NOVO RELACIONAMENTO ENTRE OS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO)

Biden, Joseph R., Jr. MEETING THE CHALLENGES OF A POST-COLD WAR WORLD: NATO ENLARGEMENT AND U.S.-RUSSIA RELATIONS (Senate Print 105-26). Washington: Government Printing Office, May 1997. 59p. (ENFRENTANDO OS DESAFIOS DE UM MUNDO APÓS A GUERRA FRIA: A AMPLIAÇÃO DA OTAN E AS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A RÚSSIA)

Dean, Jonathan. THE NATO MISTAKE: EXPANSION FOR ALL THE WRONG REASONS (Washington Monthly, vol. 29, no. 7, July/August 1997, pp. 35-38) (O ERRO DA OTAN: EXPANSÃO POR TODOS OS MOTIVOS ERRADOS)

Ek, Carl. NATO EXPANSION: COST ISSUES (CRS Report 97-668 F). Washington: Congressional Research Service, Library of Congress, July 2, 1997. 20p. (EXPANSÃO DA OTAN: QUESTÕES DE CUSTO)

EUROPEAN SECURITY ACT: TWO STEPS FORWARD ON NATO ENLARGEMENT, ONE ILL-ADVISED STEP BACK ON MISSILE DEFENSE (Decision Brief 97-D78). Washington: Center for Security Policy, June 11, 1997. 30p. (O ATO DE SEGURANÇA DA EUROPA: DOIS PASSOS À FRENTE NA AMPLIAÇÃO DA OTAN, UM PASSO MAL DADO PARA TRÁS NA QUESTÃO DA DEFESA CONTRA MÍSSEIS)

Gallis, Paul E. NATO: CONGRESS ADDRESSES EXPANSION OF THE ALLIANCE (CRS Issue Brief 95076). Washington: Congressional Research Service, Library of Congress, July 24, 1997. 16p. (OTAN: O CONGRESSO TRATA DA QUESTÃO DA EXPANSÃO DA ALIANÇA)

Gompert, David C.; Larrabee, F. Stephen. AMERICA AND EUROPE: A PARTNERSHIP FOR A NEW ERA. New York, NY: Cambridge University Press, 1997. 276p. (AMÉRICA E EUROPA: UMA PARCERIA PARA UMA NOVA ERA)

Goodby, James E. NATO ENLARGEMENT AND AN UNDIVIDED EUROPE. Stanford, CA: Center for International Security and Arms Control, Institute for International Studies, Stanford University, 1997. 16p. (AMPLIAÇÃO DA OTAN E UMA EUROPA UNIDA)

AN INTERVIEW WITH JOHN R. GALVIN: THE FORMER COMMANDER OF NATO DISCUSSES HIS THOUGHTS ON THE CHANGING ROLE OF NATO IN THE POST-COLD WAR PERIOD (Fletcher Forum of World Affairs, vol. 21, no. 2, Summer 1997/Fall 1997, pp. 37-45) (UMA ENTREVISTA COM JOHN R. GALVIN: O EX-COMANDANTE DA OTAN FALA SOBRE SUAS OPINIÕES A RESPEITO DAS MUDANÇAS NAS FUNÇÕES DA OTAN NO PERÍODO POSTERIOR À GUERRA FRIA)

Muravchik, Joshua. WHY DIE FOR DANZIG? (Commentary, vol. 104, no. 4, October 1997, pp. 40-45) (POR QUE MORRER POR DANZIG?)

Pelz, Stephen. THE CASE FOR LIMITING NATO ENLARGEMENT: A REALIST PROPOSAL FOR A STABLE DIVISION OF EUROPE (National Security Studies Quarterly, vol. 3, no. 3, Summer 1997, pp. 59-72) (UMA RAZÃO PARA LIMITAR A AMPLIAÇÃO DA OTAN: UMA PROPOSTA REALISTA PARA UMA DIVISÃO ESTÁVEL DA EUROPA)

Sharp, Jane. TOWARD A SECURE EUROPE (Current History, vol. 96, no. 608, March 1997, pp. 130-134)
(RUMO A UMA EUROPA SEGURA)

Sloan, Stanley R. NATO ENLARGEMENT AND THE FORMER EUROPEAN NEUTRALS (CRS Report 97-249 F). Washington: Congressional Research Service, Library of Congress, February 18, 1997. 6p.
(AMPLIAÇÃO DA OTAN E OS ANTIGOS ELEMENTOS NEUTROS DA EUROPA)

Steel, Ronald. EASTERN EXPOSURE (New Republic, vol. 217, no. 2-3, July 14, 1997, p. 27)
(EXPOSIÇÃO AO ORIENTE)

Straus, Ira. NATO, GO EAST: AS NATO SPREADS TO THE EAST, RUSSIA MAY DECIDE TO LOOK EASTWARD AS WELL (National Review, vol. 49, no. 15, August 11, 1997, pp. 39-41)
(OTAN, VÁ PARA O LESTE: NO MOMENTO EM QUE A OTAN SE EXPANDE PARA O LESTE, A RÚSSIA TAMBÉM PODE OLHAR PARA O LESTE)

U.S. Congressional Budget Office. THE COSTS OF EXPANDING THE NATO ALLIANCE. Washington: The Office, March 1996. 71p.
(O CUSTO DA EXPANSÃO DA ALIANÇA DA OTAN)

U.S. Department of Defense. REPORT ON ALLIED CONTRIBUTIONS TO THE COMMON DEFENSE. Washington: The Department, March 1997. 37p.
(RELATÓRIO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DOS ALIADOS PARA A DEFESA COMUM)

U.S. General Accounting Office. NATO ENLARGEMENT: U.S. AND INTERNATIONAL EFFORTS TO ASSIST POTENTIAL NEW MEMBERS (GAO/NSIAD-97-164). Washington: The Office, June 1997. 28p.
(AMPLIAÇÃO DA OTAN: ESFORÇOS DOS ESTADOS UNIDOS E DE OUTRAS NAÇÕES PARA AUXILIAR OS NOVOS MEMBROS) ●

Crescimento da OTAN: O Ponto de Vista Americano PRINCIPAIS SITES SOBRE O ASSUNTO NA INTERNET

Por favor observe que o USIS não assume nenhuma responsabilidade no que se refere ao conteúdo e à disponibilidade dos recursos relacionados abaixo; trata-se de responsabilidade exclusiva dos provedores.

Allied Forces Southern Europe
(Forças Aliadas no Sul da Europa)
<http://www.afsouth.nato.int/>

Cato Handbook for Congress: NATO Expansion
(Manual da Cato Para o Congresso: Expansão da OTAN)
<http://www.cato.org/pubs/handbook/hb105-43.html>

Centre for Defence and International Security Studies:
Defence & Security Links
(Centro de Defesa e Estudos Sobre Segurança Internacional: Links de Defesa e Segurança)
<http://www.cdiss.org/links.htm>

Commission on Security and Cooperation in Europe
(Comissão Sobre Segurança e Cooperação na Europa)
<http://www.house.gov/csce/>

Foreign Affairs: NATO
(Relações Exteriores: OTAN)
<http://www.policy.com/issues/foraff/nato.html>

Information Resource Centre, Canadian Forces
College, Department of National Defence
(Centro de Recursos de Informação, Escola de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas Canadenses, Departamento de Defesa Nacional)
<http://www.cfsc.dnd.ca/links/milorg/nato.html>

International Institute for Strategic Studies
(Instituto Internacional de Estudos Estratégicos)
<http://www.isn.ethz.ch/iiss/iisshome.htm>

Madrid NATO Summit, July 8-9, 1997
(Cúpula da OTAN em Madri, 8 e 9 de Julho de 1997)
<http://www.embusa.es/nato/indexeng.html>

NATO Consultation, Command and Control Agency
(Agência de Consulta, Comando e Controle da OTAN)
<http://www.nc3a.nato.int/>

NATO Enlargement
(Crescimento da OTAN)
<http://www.usis.hu/nato.htm>

NATO Expansion
(Expansão da OTAN)
<http://washingtonpost.com/wp-srv/inatl/longterm/nato/nato.htm>

NATO Expansion: Military Analysis
(Expansão da OTAN: Análise Militar)
<http://www.fas.org/man/nato/index.html>

NATO Official Homepage
(Home Page Oficial da OTAN)
<http://www.nato.int/>

NATO Staff Officer Orientation Course (NSOOC)
(Curso de Orientação Para Oficiais de Estado Maior da OTAN (NSOOC))
<http://www.ndu.edu/ndu/inss/nsooc/nsoochp.html>

NATO: Supreme Allied Commander, Atlantic
(OTAN: Comandante Supremo, Atlântico)
<http://www.saclant.nato.int/>

NATO: What For?
(OTAN: Para Quê?)
<http://www.robust-east.net/Net/czech1.html>

The New Atlantic Initiative
(A Nova Iniciativa do Atlântico)
<http://www.aei.org/nai/nai.htm>

North Atlantic Assembly
(Assembléia do Atlântico Norte)
<http://www.nato.int/related/naa/>

Organization for Security and Co-operation in Europe
(Organização Para a Segurança e a Cooperação na Europa)
<http://www.osceprag.cz/>

Partnership for Peace
(Parceria Para a Paz)
<http://www.shape.nato.int/pfp.htm>

Report to the Congress on the Enlargement of the
North Atlantic Treaty Organization: Rationale,
Benefits, Costs and Implications
(Relatório Para o Congresso Sobre a Ampliação da
Organização do Tratado do Atlântico Norte:
Justificativa, Benefícios, Custos e Implicações)
[http://www.state.gov/www/regions/eur/
9702nato_report.html](http://www.state.gov/www/regions/eur/9702nato_report.html)

The U.S. Department of State: Bureau of European
and Canadian Affairs
(Departamento de Estado dos Estados Unidos:
Escritório de Questões Referentes à Europa e ao
Canadá)
[http://www.state.gov/www/regions/eur/
europe_home.html#nato](http://www.state.gov/www/regions/eur/europe_home.html#nato)

The U.S. Information Agency: The U.S. and the New
Atlantic Community
(Agência de Informações dos Estados Unidos: Os
Estados Unidos e a Nova Comunidade do Atlântico)
<http://www.usia.gov/topical/pol/atlcomm/atlantic.htm>

The U.S. Mission to NATO
(A Missão dos Estados Unidos na OTAN)
<http://www.nato.int/usa/home.htm>

The U.S. Mission to the European Union
(A Missão dos Estados Unidos na União Européia)
<http://www.useu.be/> ●

